



Crianças nordestinas brincam com ossos: é no Nordeste que o morticínio é maior

31 crianças por hora morrem no Brasil: é a fome

Estatísticas oficiais do IBGE mostram que nosso país é o quarto colocado no macabro campeonato latino-americano da mortalidade infantil. Só perde para o Haiti, Bolívia e Honduras. De cada mil bebês, 68 morrem antes do primeiro aniversário. A desigualdade social é gritante: filho de pobre morre sete vezes mais que filho de rico. Página 10

Três projetos

em disputa

após o dia 15

Quércia firma compromissos com operários

Atendendo a um convite do deputado Aurélio Peres, do PC do B, Quércia defende programa popular. Página 4

Por trás, por dentro e por cima dos partidos, a direita assumida, a grande burguesia reciclada e os setores progressistas tendem a formar três blocos conflitantes, cada um com a força que a eleição lhe der. A Constituinte, a linha do governo Sarney e a sucessão presidencial vão depender do resultado deste triângulo conflituoso.

Página 3

EDITORIAL

A batalha maior

A tendência principal é que em 15 de novembro as forças democráticas alcancem uma expressiva vitória a nível das sucessões estaduais. No Ceará nem mesmo a união dos três coronéis foi suficiente para barrar o crescimento das correntes coligadas em torno de Tasso Jereissati para pôr fim ao domínio da oligarquia latifundiária. Em Pernambuco a candidatura Miguel Arraes promete levar de vencida o representante dos usineiros. Na Bahia parece ter chegado ao fim o reinado do reacionário ministro Antônio Carlos Magalhães. Em São Paulo tudo indica que a virada de Orestes Quércia afastou de vez a possibilidade de um retorno de Maluf.

Mas o pleito encerra uma batalha maior, em torno da Constituinte. Neste terreno a disputa é mais complexa. Pela história de luta durante o período da ditadura e por força da atual legislação - defasada em relação ao processo político que vive o país - os partidos políticos são em geral organizações indefinidas ideologicamente, com uma composição muito ampla. E estão em processo de redefinição. Assim, o PMDB, por exemplo, comporta desde um representante dos latifundiários, como Roberto Cardoso Alves, até lideranças populares de vanguarda como Aldo Arantes.

Para que a Constituinte tenha condições de promover mudanças mais profundas na sociedade e não se limite à superfície dos problemas, como pretende a burguesia, será necessário conquistar uma forte bancada popular, onde se destaquem os comunistas, e um amplo leque de representantes democratas.

A direita, embora derrotada em plano nacional, terá a sua representação na Constituinte. O PT e o PDT, com sua atividade diversionista, também estarão presentes e, em muitas ocasiões, serão utilizados como força auxiliar da direita. A grande

burguesia, que se encontra em posição dominante na Nova República, deve fazer a maior representação, e tentará criar as condições para moldar o Estado a seu modo.

Estas bancadas não serão, obviamente, estáticas. Mesmo porque o quadro político está em rápido movimento. E a pressão de massas forçará os diversos grupos a fazer alianças, a ceder em certos pontos, a manobrar para salvar os seus projetos ou parte deles.

Os comunistas em particular jogarão um papel chave. Em primeiro lugar porque têm propostas, que são viáveis e bem aceitas pelo povo. Em segundo lugar porque dispõem de um partido organizado nacionalmente e com capacidade para agir unido, sem as dissidências internas que caracterizam os demais. A orientação "vote pra mudar, vote no PC do B", tem portanto grande importância para os trabalhadores. Com este voto o operário, o camponês, o comerciante, o bancário, enfim todos os trabalhadores, terão a certeza de contar com um destacamento combativo e com flexibilidade para se aliar a outras forças, em busca de melhores condições para aprovar uma Carta Magna progressista e moderna.

Muitos eleitores ainda estão indecisos. Diante do grande número de candidatos e do enorme poder econômico utilizado nesta campanha, o cidadão comum se confunde. E diante de tantas promessas furadas, tende a desacreditar nos "políticos". Entretanto, apesar de todas as restrições, o uso da televisão permitiu aos candidatos mais ligados ao povo difundirem suas propostas. E o sentido geral dos eleitores é marchar com o que é mais progressista.

Por isto tudo, nestes últimos dias ainda se faz necessário um esforço final, para levar o modelo da cédula ao eleitor, para ligar as propostas avançadas com o nome dos candidatos mais combativos.



Argentina na mira de Thatcher

A "Dama de Ferro" faz nova provocação com as Ilhas Malvinas. Pág.2

Anticomunismo já não engana os eleitores

Em entrevista à TO, o dirigente nacional do PC do B Dyneas Aguiar duvida da eficácia da atual campanha anticomunista. Página 10

Mapri: nasce uma comissão de fábrica

A história da construção da organização de luta dos operários da Mapri; as dicas para conquistá-la em outras fábricas. Pág.7

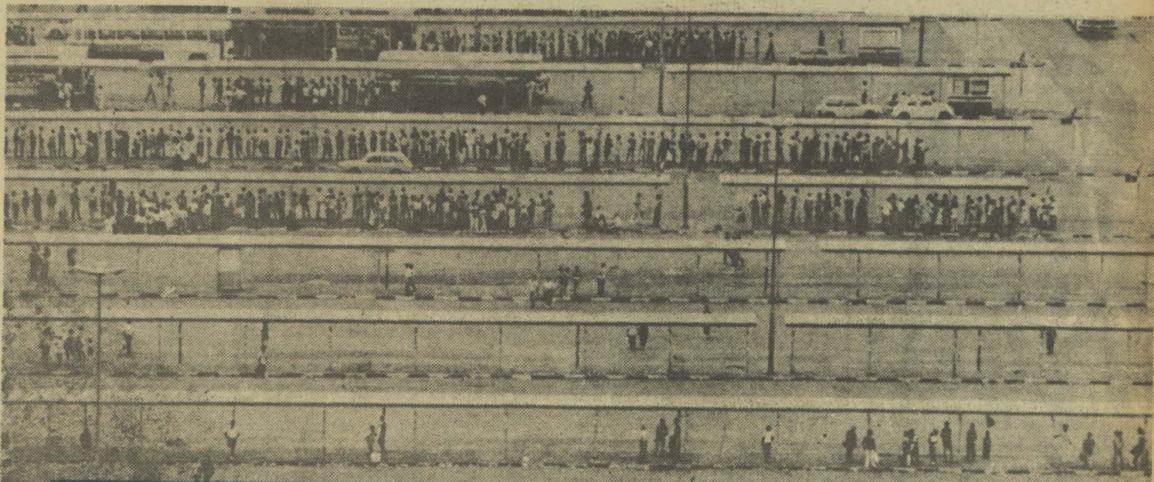


Foto: Luis Prado

Condutores paralisam S.Paulo

E TRT dá prazo de 48 horas para que empresas cumpram o acordo. Pág. 6

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Reagan é derrotado nas urnas dos Estados Unidos

Uma derrota para Ronald Reagan. Mesmo investindo fortunas na mais cara campanha da história dos EUA, o Partido Republicano foi o perdedor das eleições do dia 4. A maioria dos mais de 40 milhões de votantes preferiu o Partido Democrata. Mas a abstenção foi alarmante: cerca de 130 milhões de norte-americanos preferiram não votar...

As eleições para a Câmara de Representantes (equivalente à nossa Câmara Federal) e para renovar 1/3 do Senado foram as mais disputadas. Mas também estavam sendo decididos os governos de 36 Estados, e eleitos vereadores e prefeitos de várias cidades. E não é só isso: foram votados 226 plebiscitos em diversos Estados. Alguns com resultados desfavoráveis para o povo, como o que decidiu tornar o inglês a língua oficial da Califórnia, onde é numerosíssima a população de origem latino-americana.

A Câmara já tinha maioria do Partido Democrata, ampliada neste pleito. Mas Reagan perdeu o domínio do Senado, onde o Partido Republicano tinha 53 cadeiras, con-

tra 47 do Democrata. Agora os números se invertem. Isso implicará em dificuldades para o chefe da Casa Branca continuar a impor a seu bel prazer seu belicismo em política internacional e seu descaço com os problemas sociais na política interna. O Partido Democrata opõe-se, por exemplo, ao projeto "Guerra nas Estrelas" e ao financiamento dos "contra" nicaraguenses. E, ao nível interno, defendem um orçamento maior para os setores previdenciários e de saúde.

Mas as diferenças entre os dois partidos que monopolizam a política ianque são de segundo grau. No principal, eles coincidem: a defesa dos interesses dos grandes grupos econômicos - a nível interno e externo - e a exploração da classe operária local e dos povos.

Vale ressaltar, nesta campanha eleitoral, o seu preço - na verdade, um dos fatores que mais evidenciam a "ditadura do dólar" no país que é citado como exemplo de democracia no mundo Ocidental. A campanha de um senador na Califórnia chegou a ficar em 18,6 milhões de dólares! É a democracia dos magnatas...

Algo de podre entre o Brasil e o Surinã

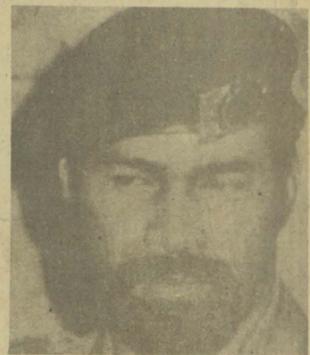
O Surinã foi agitado no final de outubro por fortes rumores de golpe, em meio a crescentes ataques de forças rebeldes à capital, Paramaribo. A Varig chegou a suspender os vôos para este pequeno país vizinho, que nos últimos dois anos vem se aproximando consideravelmente do Brasil.

Um confuso regime militar governa o Surinã desde 1980, liderado pelo major Desi Buterse, que chegou ao poder através de um golpe contra o governo constitucional eleito em 1977, dois anos depois da independência frente à Holanda. Nos primeiros anos de governo do Conselho Nacional Militar, depois de perder o apoio e a ajuda financeira da ex-metrópole, Buterse chegou a anunciar que seguiria uma linha "socialista e neutralista". Aproximou-se bastante de Cuba, recebendo assessores militares enviados por Havana.

Os rumos da política externa do Surinã começaram a mudar em 1983, após uma visita a Paramaribo do então chefe do Conselho de Segurança Nacional do Brasil, general Danilo Venturini. A viagem de Venturini aconteceu, significativamente, pouco depois da invasão de Granada pelos EUA, e teve resultados fulminantes: nas semanas que se seguiram, Buterse mandou de volta a Havana os assessores e mesmo o embaixador de Cuba.

PRESENÇA BRASILEIRA

Desde então, a influência brasileira tem crescido naquele país. Venturini parece ter acertado um acordo militar com o Surinã, que atualmente recebe carros de combate, armas e fardas fornecidas pelo Brasil. Estariam também em andamento cursos para militares surinameses ministrados por "professores" brasileiros. Segundo comentou-se na



Major Buterse: acordo brasileiro?

época, os militares brasileiros não estariam vindo com bons olhos a presença de cubanos na fronteira do país, nem a possibilidade de uma ação norte-americana semelhante à invasão de Granada, preferindo encaregar-se eles próprios de afastar Buterse do alinhamento com Cuba.

Desde os primeiros anos de governo de Buterse, porém, a agitação militar nunca serenou totalmente no país, e são constantes as tentativas de golpe por parte de facções rivais à do "homem forte" de Paramaribo, que já executou, prendeu e mandou para fora do Surinã alguns de seus antigos colaboradores. Ao que se informa, é um deles que lidera há cinco meses uma força de rebeldes - segundo fontes de Paramaribo, não seriam mais que 50 ou 100 homens - que tenta derrubar o governo surinamês.

Há pouco mais de um mês, noticiou-se que um avião particular brasileiro teria participado nos combates no Surinã, ao lado dos rebeldes. O Itamaraty intercedeu rapidamente, renovando sua não-intervenção nos assuntos internos do Surinã, mas reiterando também "as boas relações entre os dois países"...(SQ)

Apoio à Argentina contra a pirataria inglesa nas Malvinas

O governo da primeira-ministra Margareth Thatcher anunciou no último dia 29 a criação de uma zona econômica de 200 milhas e de uma zona de conservação pesqueira de 150 milhas em torno das ilhas Malvinas, por cuja soberania a Argentina e a Grã-Bretanha travaram uma guerra de 10 semanas, em 1982. O governo argentino reagiu à decisão britânica, advertindo que "fará valer seus legítimos direitos tanto na zona (de conflito) como nos foros internacionais e não admitirá a arbitrária pretensão da Grã-Bretanha de exercer faculdades que competem à Argentina e de subtrair do patrimônio nacional área e recursos que lhe pertencem).

Em um comunicado divulgado no mesmo dia, o governo Alfonsín afirma também que "a materialização da nova iniciativa britânica reveste-se de maior gravidade ainda ao atribuir-se unilateralmente o exercício de direitos numa área ainda mais extensa, que se superpõe e interfere em direitos e jurisdições argentinos pacificamente admitidos". Como a distância entre o território argentino e as ilhas Malvinas é de cerca de 300 milhas, a zona econômica de pesca decretada pela Grã-Bretanha vai sobrepor-se às 200 milhas de mar territorial argentino.

O governo britânico afirma que não está ferindo nenhuma norma internacional, embora essa zona de pesca estabelecida para as Malvinas - que está localizada no Atlântico Sul, 13.000 km de distância de Londres - seja uma novidade na própria legislação britânica, que não a aplica em seu país e em nenhuma outra ilha sob seu controle. O chanceler britânico, sir Geoffrey Howe, advertiu no entanto, que, se for necessário, usará a força para fazer cumprir a decisão de estabelecer a zona econômica de pesca de 150 milhas náuticas (240 km) que, segundo ele, tem por objetivo pôr fim à "pilhagem dessas águas", consideradas uma das mais ricas regiões pesqueiras do mundo. Howe denunciou os acordos assinados recentemente pela Argentina com a URSS e a Bulgária, para pesca na região.

PIRATARIA

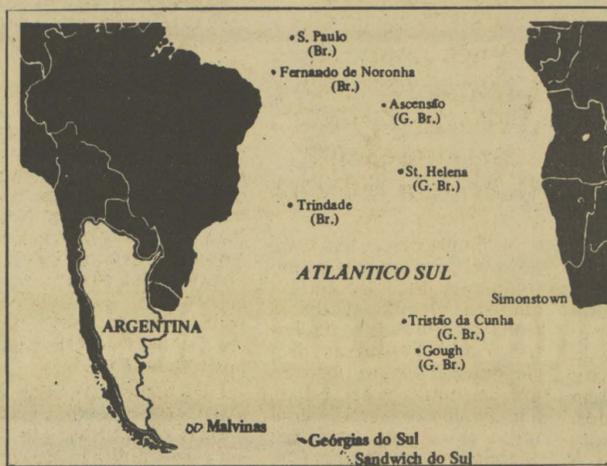
Como a área em torno das Malvinas está atualmente nas mãos da pirataria pesqueira internacional e por não ter a Argentina condições próprias de exercer a atividade é que o país optou - segundo argumenta o governo Alfonsín - por

firmar acordos de pesca anti-predatória nessas águas. Logo após a vitória militar na guerra de 1982 pela posse das Malvinas, a Grã-Bretanha declarou uma zona de exclusão de 150 milhas em torno das ilhas, dentro da qual não podem entrar navios de bandeira argentina. O governo britânico, no entanto, não exercia nenhum controle sobre as centenas de barcos pesqueiros de outros países que operam na região.

O governo argentino, que recebeu a solidariedade da grande maioria dos países latino-americanos e de alguns governos europeus, enviou à ONU uma nota acusando a Grã-Bretanha de procurar "expandir seu regime colonial, anexando novas áreas e recursos e fechando seus ouvidos aos apelos para que se ponha fim ao colonialismo".

SOLIDARIEDADE LATINA

O Brasil e o Uruguai, após uma reunião dos chanceleres Roberto de Abreu Sodré e Enrique Iglesias com o argentino Dante Caputo, em Punta del Este, no dia 2, divulgaram uma declaração conjunta de "solidariedade à posição argentina" e de apoio à iniciativa da Argentina de convocar uma sessão extraordinária do conselho permanente da OEA. Os três países se comprometeram também a realizar "consultas permanentes, lançando mão de todos os recursos pacíficos para solucionar o impasse," além de chamarem a atenção "para a preservação dos recursos pesqueiros da área" e exortarem à negociação bilateral como forma de resolver a disputa pelas Malvinas (o que a Grã-Bretanha tem reiteradamente rechaçado). O governo brasileiro considera que "as Malvinas são argentinas".



Os generais argentinos perderam a aventura militar nas Malvinas.

Paz no Atlântico Sul?

A decisão britânica de estabelecer o círculo de 150 milhas em torno das Malvinas foi anunciada dois dias depois que a Assembleia Geral da ONU aprovou por 124 votos a favor, um contra (dos EUA) e oito abstenções o projeto brasileiro de resolução de transformar o Atlântico Sul em "zona de paz e cooperação". A própria Grã-Bretanha votou a favor.

Embora a aparente intenção - manifestada pelo embaixador brasileiro na ONU, George Maciel - de "aumentar a cooperação sul-sul entre os países litorâneos do Atlântico Sul" de dois continentes (América do Sul e África) seja louvável, os interesses econômicos, militaristas ou colonialistas podem mais uma vez trans-

formar em letra morta, em tempo recorde, mais essa resolução da ONU. A ocupação militar da Namíbia pela África do Sul - apesar das inúmeras resoluções da ONU reconhecendo o direito do povo namibio à autodeterminação -, o conflito interno na própria África do Sul e as ações militares do governo racista contra países vizinhos são alguns dos conflitos que escapam a uma simples proclamação de "zona de paz" no Atlântico Sul.

Os militares brasileiros, por outro lado, parecem fazer questão de eximir qualquer responsabilidade das Forças Armadas na elaboração do projeto brasileiro aprovado na ONU. "Este é um assunto de política externa e o projeto é o do Itamaraty", afirmou o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, embora tenha sido consultado pelo Ministério de Relações Exteriores, quando o projeto estava sendo elaborado. E como a resolução da "Zona de Paz" fixa como princípio que "cabe aos países da região assumir maiores responsabilidades para a defesa da paz e da segurança regional" parece não excluir um projeto defendido por vários militares brasileiros - a criação de uma organização de defesa e segurança do Atlântico Sul, nos moldes da OTAN. Ou seja, militarizar ainda mais a região...

Vitória sandinista na reunião da ONU

O governo sandinista obteve mais uma vitória diplomática, no último dia 3, quando a Assembleia Geral da ONU aprovou por 94 votos a favor, três contra - EUA, Israel e El Salvador - e 47 abstenções, uma resolução exigindo dos Estados Unidos o "imediato cumprimento" da sentença da Corte Internacional de Haia que pede "o fim de todas as atividades paramilitares contra a Nicarágua". Essa mesma resolução havia sido rechaçada na semana anterior no Conselho de Segurança da ONU, onde os EUA têm poder de veto.

Enquanto isso, aumentam os indícios de que os EUA estão apenas esperando um pretexto para invadir a Nicarágua. Nas duas últimas semanas de outubro, 14 mil paraquedistas da 82ª Divisão aero-transportada - unidade do Exército norte-

americano, equipada para invadir territórios estrangeiros - realizaram uma grande manobra no país fictício de San Lorenzo, agredido por Macapa, que por sua vez pediu ajuda a La Palmera. "Esperamos que Danny Ortega entenda o recado", afirmou um alto oficial de Fort Bragg, na Carolina do Norte.

Para o semanário independente costa-riquenho *Universidad*, a invasão da Nicarágua pelos EUA "está preparada". Enquanto isso, "vamos ter mais ação militar na América Central", segundo previsão feita pelo subsecretário de Estado dos EUA para assuntos interamericanos, Elliott Abrams, no Uruguai, onde mais de uma vez justificou a ajuda militar aos contra-revolucionários nicaraguenses.

Cai Yamani, o todo poderoso do petróleo

O xeque Ahmed Zaki Yamani já não é mais o ministro do petróleo da Arábia Saudita, cargo que ocupou ininterruptamente desde 1962, quando foi nomeado pelo falecido rei Faisal. Yamani foi demitido pelo rei Fahd e provisoriamente substituído pelo atual ministro do Planejamento, Hishan M. Nazar. Poderão ocorrer significativas modificações na política da Arábia Saudita em relação ao petróleo.

Muito bem considerado nos centros imperialistas, Yamani sempre foi um forte aliado das multinacionais do petróleo. Chegou a advogar para uma das "sete irmãs", logrando livrá-la de um processo abrupto de nacionalização desejado pelo seu antecessor no Ministério do Petróleo, Abdullah Takiri, classificado como radical por suas posições contra a Arabiam American Oil Company.

Sua conduta na OPEP foi

caracterizada pela tentativa de conciliar os interesses dos grandes países capitalistas com os que possuem grande reserva de óleo, "um moderador da organização", conforme a definição de um articulador do "Financial Times", órgão de imprensa vinculado aos grandes monopólios. É ele, por exemplo, o maior responsável pela política saudita que resultou na substancial queda dos preços do óleo nos últimos meses, defendendo o aumento da produção e a chamada "guerra de preços". O ministro interino, Hishan Nazar, anunciou uma nova orientação, que visa elevar os preços pelo menos a 18 dólares o barril e convocou uma reunião de emergência do comitê de preços da OPEP para discutir os passos que devem ser dados nesse sentido. As cotações do óleo no mercado internacional reagiram, subindo para cerca de 15 dólares o barril.

Leia, assine e divulgue
CDM
 A Classe Operária
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois



Haroldo percorre diariamente bairros e portas de fábricas

Entusiasmo no PC do B baiano

Na reta final da campanha, o clima é de confiança e otimismo quanto à vitória do candidato da aliança política "A Bahia vai mudar", o ex-ministro Waldir Pires, que nas pesquisas disparou com uma frente das mais expressivas do país. Pela expectativa dominante, a oligarquia reacionária chefiada pelo ministro Antônio Carlos Magalhães vive seus últimos dias de poder. E o PC do B mostra excelente desempenho.

Como em outros Estados brasileiros, a campanha no geral é caracterizada pela pouca discussão das teses para a Constituinte. Apenas os candidatos comunistas fazem grandes esforços para colocar a questão em destaque. Também o poder econômico tem sido usado com mais intensidade do que nos anos anteriores.

Apesar destes entraves, empolga a Bahia a perspectiva de mudança do governo estadual. A aliança de forças oposicionistas consegue vencer mesmo no interior, a grande dificuldade enfrentada em 1982. A vitória de Waldir Pires, junto com as forças democráticas e progressistas, tem uma grande importância a nível nacional, por ser Antônio Carlos Magalhães um dos principais articuladores da direita no país.



Fotos: Milton M. Filho



Fotos: Milton M. Filho

Lidice, Luís Nova, Javier e Vandilson Costa

CAMPANHA DO PC do B

Quanto aos comunistas, é grande a mobilização do PC do B, desde a direção até os militantes de base e simpatizantes. A ofensiva dos candidatos comunistas ganhou impulso com o apoio dos programas de televisão, onde são colocadas as propostas para a Constituinte e denunciada a corrupção do governo estadual, cujo governador João Durval é uma marionete nas mãos do ministro das Comunicações. O deputado Haroldo Lima provocou verdadeiro furor nas hostes governamentais da Bahia quando chamou Antônio Carlos de maior lambetada de generais que o Brasil já teve.

Prejudicado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que lhe destinou apenas o curto espaço de 216 segundos por dia, divididos em 108 pela manhã e 108 pela noite, o PC do B, segundo especialistas da área e o povo, realiza bons programas. E a combatividade dos comunistas na TV entusiasma o eleitorado. No último dia 31, o TRE, que vem adotando posições parciais em benefício da reação, censurou o programa porque o governador era chamado de corrupto. O PC do B protestou publicamente contra este ataque à liberdade política.

ENTUSIASMO NAS RUAS

Mas é nas ruas, nos bairros, nas praças, portas de fábricas, que a campanha dos comunistas mais empolga. O PC do B marcou 13 "showmícios" em vários bairros da capital baiana, cidade declaradamente oposicionista, que dará expressiva votação a Waldir Pires aos candidatos progressistas.

No dia 2 de novembro, os candidatos Vandilson Costa e Lidice da Mata reuniram 7 mil pessoas no bairro do Nordeste de Amaralina. Três mil participaram da manifestação no Engenho Velho da Federação, com a presença do prefeito Mário Kertesz. Nos bairros Marques de Souza e Juazeiro, os candidatos comunistas levaram mais de 3 mil, num comício que terminou à uma hora da madrugada, com o show do cantor e compositor Lui Muritiba. No Estica, bairro da Liberdade, 800 pessoas participaram do ato dos comunistas e de uma caminhada de mulheres no

centro da cidade e em apoio à candidata Lidice da Mata.

A campanha esquenta igualmente no centro da cidade, com distribuição diária de notas e caminhadas, e com a realização de comícios denominados "sou contra" organizados pela juventude, com espírito antiimperialista. Nos bairros continuam os arrastões passando de casa em casa.

COR OPERÁRIA

A campanha ferve também nas portas das fábricas do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico, onde os comunistas estão acostumados a defender os direitos da classe operária. Os mutirões são diários, às 6 e às 16 horas, com a participação de Haroldo Lima, Luís Nova e diversas lideranças operárias, como o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e vice-regional da CGT, Renildo Souza. Os dois candidatos comunistas são considerados os mais fortes junto à classe operária baiana, tanto pelas propostas como pelo apoio que deram ao movimento operário nestes últimos quatro anos.

Nas universidades, Lidice da Mata e Javier Alfaya realizam passagens diárias em salas de aula, ganhando espaço no eleitorado jovem.

No interior do Estado, os comunistas acompanham os comícios do candidato a governador Waldir Pires. Mantêm contatos com o povo e com os trabalhadores rurais. Haroldo Lima e Luís Nova foram apoiados como candidatos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buerarema, através de assembleia com a presença de mil pessoas. Os dois fazem parte da lista de candidatos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, junto com Vandilson Costa e Lidice da Mata.

Os "showmícios", uma experiência baiana de juntar música e política, vêm sendo utilizados com acerto na campanha, reunindo milhares de trabalhadores para ouvir as propostas dos comunistas. Além disto, contam com a presença de destacados artistas baianos como Misinho, Zelito Miranda, Lui Muritiba, Carlos Pita, que, além de animarem as manifestações, se pronunciam em apoio aos candidatos do PC do B. (da sucursal)

Um número excessivo de incógnitas dificulta uma previsão precisa sobre o quadro político nacional que sairá das urnas do dia 15. Contudo, tanto as disputas majoritárias quanto as proporcionais apontam no sentido de uma situação mais complexa que aquela das duas últimas décadas: em vez de bipolarização teríamos, por assim dizer, um tipo de tripolarização.

A dificuldade em fazer uma previsão rigorosa resulta das características inéditas desta eleição. Para começar, será uma eleição para a Assembleia Nacional Constituinte e toda a conspiração das classes governantes para abafar o debate constitucional só teve êxito até certo ponto. Há também um ambiente de razoável liberdade política, muito aquém da desejada mas sem comparação com o clima sufocante do regime militar. Os horários gratuitos no rádio e TV apresentam cotidianamente ao eleitor uma verdadeira feira livre de concepções e propostas, onde a variedade só se compara ao baixo nível da maioria.

Some-se a isso a infernal confusão e indefinição partidária. Os dois partidos permitidos de 1966 a 1979, transformados em cinco entre 80 e o ano passado, agora somam 30; e é inevitável que se produzam novas migrações intrapartidárias depois do 15 de novembro.

Há ainda a incógnita do abuso do poder econômico, que, sem ser propriamente uma novidade, bateu desta vez todos os recordes conhecidos. É tão bruto o jogo da compra de votos que 43 deputados federais na atual legislatura simplesmente desistiram de tentar a reeleição. Estima-se que uma campanha para deputado constituinte implica em média num investimento de Cr\$ 6 milhões. Mas há os "trens pagadores" que gastam até Cr\$ 50 milhões, embora os vencimentos de um deputado federal durante os quatro anos de mandato não passem de Cr\$ 3 milhões...

O panorama é mais complicado precisamente no "Triângulo das Bermudas"

Em meio a todas essas variáveis, os partidos, candidatos e jornalistas fazem contas e previsões que as urnas podem desmentir solenemente no "day after" 15 de novembro. Os mais entusiasmados são os do PMDB, que seguramente será o mais votado e pode ter maioria absoluta na Assembleia Constituinte.

As tendências apontam para a vitória de candidatos peemedebistas em 20 dos 23 governos estaduais em disputa. Ao nível da Câmara dos Deputados, fala-se numa bancada peemedebista com 220 a 240 membros e há os empolgados que falam em 300 cadeiras (atualmente são 217). No Senado estima-se que o PMDB teria uma cômada maioria de 56 a 61 dos 72 votos. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) já aventura que "a Constituinte será aquela que o PMDB quiser".

Não é assim tão simples. Os peemedebistas tendem a conquistar novos espaços principalmente nos Estados nordestinos, onde os governos estaduais ainda foram eleitos pelo velho PDS (o mesmo raciocínio vale para Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso). Eles deverão fazer ali a maioria dos governadores. Sua bancada nordestina na Câmara poderá passar dos 55 deputados federais de hoje para mais de 60 e talvez mais de 70. Trata-se ainda de um ajuste de contas com a Velha República, expresso no slogan da candidatura Tasso Jereissati: "O Brasil mudou, o Ceará tem que mudar". Nesses Estados, via de regra, e com particularidades, pois cada caso é um



caso, a polarização que existe se assemelha com a de 1982; a correlação de forças é que mudou.

Já no chamado Triângulo das Bermudas, formado pelos Estados mais poderosos da Federação, o panorama é mais complicado. Em Minas Gerais os dois principais pretendentes ao Palácio da Liberdade se proclamam peemedebistas, embora um deles se apoie no PFL e outro tenha um estilo mais próximo do velho regime. No Rio de Janeiro, a disputa principal é com o brizolismo, que é uma corrente política com traços específicos, diversionistas, apesar de aparecer aliado com a direita e os conservadores no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso etc.

São Paulo, com seus 16 milhões de eleitores, é onde se cristalizam com maior nitidez os blocos políticos que tendem a dar a tônica no cenário nacional pós dia 15: a direita, com Paulo Maluf, apoiado no PDS, no PFL local, em várias pequenas legendas de aluguel e num pedaço do PDT; o conservadorismo reciclado, representado na candidatura Ermírio, que se lançou pelo PTB mas tem sua sustentação estratégica no PFL nacional, sendo ainda apoiado por alguns partidos menores, pela cúpula do PCB e alguns fragmentos do PMDB; e o bloco democrático e mudancista, que sustenta a candidatura Orestes Quércia, com base no PMDB em aliança com o PC do B e alguns grupos menores.

Para sentir de fato o sabor da vitória o PMDB precisa eleger Quércia e Moreira

Nenhuma dessas três composições de forças está definitivamente fora do páreo, embora Orestes Quércia tenha conquistado o favoritismo nas pesquisas pré-eleitorais. Portanto, mais do que em outras vezes, é para São Paulo que deverão convergir as atenções nacionais quando começar a apuração

dos votos do dia 15.

Tomando-se o país no seu conjunto, o PMDB de fato já pode se considerar majoritário; mas de qualquer forma sairá arranhado em Minas, e precisa da eleição de Quércia e Moreira para sentir de fato o sabor da vitória. O PFL deve sair como o segundo maior partido - seus dirigentes falam em 120 e até 140 deputados federais -, porém distante do "grande partido de centro" que apregoa ser. O PDT, após sua desastrosa coligação com o PDS no Rio Grande do Sul, luta para permanecer à tona disputando o Rio de Janeiro. O terceiro maior partido deverá ser o PDS, mais como uma sombra do passado, com menos de 50 deputados federais (em 82 elegeram 235 e atualmente tem 72).

Mais importante que os partidos é o quadro das forças sociais e políticas em luta

Mais importante que este quadro partidário, entretanto, são as classes sociais e correntes políticas que disputam estas eleições. E para distingui-las é preciso voltar aos três blocos que aparecem com maior clareza na sucessão paulista e se esboçam também nos demais Estados. É o jogo de confrontamentos e composição entre eles que deverá determinar o resultado da Constituinte, assim como os rumos do governo federal da sucessão presidencial.

Distingue-se aí o bloco da direita, decadente mas ainda com fôlego. É onde se enquadram os candidatos que a UDR financia para barrar qualquer iniciativa de reforma agrária, Delfim Netto, Paulo Maluf, Newton Cruz, Abi-Ackel e outras viúvas da ditadura. Sua plataforma é o retrocesso, ganhando, às vezes, contornos fascizantes. Controla o PDS e detém posições no PFL.

Delineia-se também um bloco representando a grande burguesia brasileira, que tem um plano, muito consciente e

muito competente, para plasmar o Estado e a sociedade à sua maneira. A burguesia brasileira cresceu muito nas últimas décadas mas nunca enfeixou em suas mãos o poder político, que ora foi dividido com o latifúndio, ora delegado aos militares.

Agora, procura alcançar essa hegemonia, a partir das posições dominantes que detém no governo Sarney e com uma política própria. Sem ser antiimperialista, opõe certa resistência aos monopólios e potências internacionais, por exemplo na questão da informática ou na forma de pagar a dívida externa. Sem ser antilatifundiária, procura limitar e modernizar o latifúndio. Deseja ser a dona, mas conciliando com os imperialistas e latifundiários, e aí residem suas fraquezas. A nível partidário, se identifica mais claramente no PFL do ministro Marco Maciel, embora também esteja representada em outras legendas, inclusive o PMDB.

O forte do bloco progressista é sua influência mobilizadora nas áreas populares

Por fim, há um bloco politicamente progressista, que no passado impulsionou a resistência à ditadura e no presente busca o caminho para transformações de maior profundidade. Incluem-se aí os comunistas, os setores avançados do PMDB e toda uma ampla área mudancista presente também em outras legendas. Ao longo da história, o peso eleitoral desse segmento tem crescido numa luta extremamente difícil contra o conservadorismo e o reacionarismo das classes dominantes. Nestas eleições, distintamente de 1982, disputa e deve conquistar alguns governos de Estado, além de postos legislativos. Sua força maior, porém, está no potencial mobilizador que suas propostas possuem junto aos movimentos populares do país.

Plano Cruzado: os novos buracos incontroláveis

A cada dia tornam-se mais numerosos os buracos do Plano Cruzado. A inflação de outubro, medida pelo IBGE, deverá ficar situada acima de 2%. É uma estimativa reconhecidamente subestimada, uma vez que não computa o ágio, hoje não só generalizado, mas escancarado. O povo já não fiscaliza e muito menos acredita na ação punitiva dos órgãos públicos.

São poucas as mercadorias que o consumidor consegue comprar aos preços tabelados do dia 28 de fevereiro. Quem quiser beber cerveja, para ficar em um exemplo, terá que pagar Cz\$ 8 (600 ml), uma diferença de 17% sobre o preço oficial de Cz\$ 6,80, cobrada abertamente. Apesar da inevitável impressão de roubo, praticamente ninguém reclama mais.

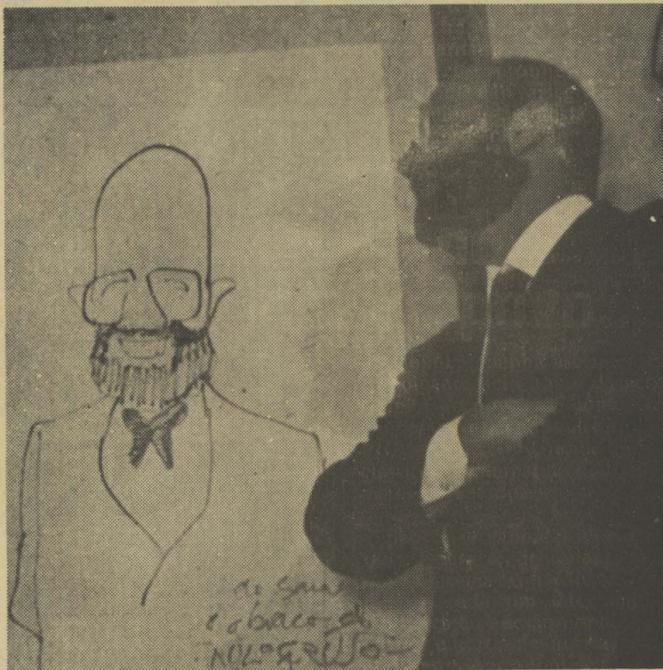
APELAR A QUEM?

Afinal, a quem se deve apelar? Há poucos dias, a Sunab baixou uma nova tabela de preços que constitui uma confissão implícita da incapacidade (sua e de outros órgãos do governo) de fazer valer o congelamento. Diversos produtos de grande consumo popular foram aumentados: o milho verde de marca Aro subiu 50%, a farinha de trigo Kitano, 50%; frangos, salame, mortadela, presunto, sal, extrato de tomate, ervilha e goiabada sofreram reajustes (para cima) de 20 a 30%.

Em grande parte essas alterações serviram apenas para tornar mais próximos os valores constantes das tabelas oficiais com os realmente praticados pelo comércio. Não há dúvidas de que se trata de uma vigorosa demonstração de força das leis que regem o decantado mercado capitalista. Mas não basta evidenciar isto. O congelamento foi transformado em lei e cabe às autoridades assegurar sua eficácia.

AGIOTAGEM

Infelizmente, porém, o desempenho da economia desde a edição do Plano Cruzado, e em especial nos últimos três ou quatro meses, indica que não se pode nutrir muitas esperanças na possibilidade de estabilidade dos preços ou mesmo de uma evolução moderada da inflação. Os números, neste sentido, não são nada animadores.



Sayad: mendicância no Japão e investidas contra a Constituinte

O comportamento do sistema financeiro é um desses indicadores sombrios. Para captar recursos os bancos estavam oferecendo 64% ao ano aos aplicadores em Certificados de Depósito Bancário (CDB) na quarta-feira passada; uma alta de 11% em apenas três dias e de 48% desde março. As taxas de juros ao tomador de empréstimos, em consequência, tornam-se cada vez mais intoleráveis. O resultado, evidente e inegável, é o retorno da especulação financeira característica de períodos de inflação galopante e novas pressões sobre a redistribuição do lucro em favor dos bancos e dos grandes monopólios, além da alta dos preços.

Os industriais alegam que o governo procurou segurar os preços finais mas deu plena liberdade aos fornecedores de matéria-prima e bens intermediários. Ai, com efeito, o problema é ainda mais grave. O ágio é elevado. Sobre o couro utilizado nas fábricas de calçados, paga-se pelo menos 100% a mais do que os preços praticados no dia 28 de fevereiro; os custos de materiais de construção tiveram aumento de 22,8%. A lista de insumos com valores majorados é inesgotável. Acentuou-se também a escassez

de mercadorias. O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, divulgou informações dando conta de que houve uma queda nas vendas do comércio da ordem de 28,8% no mês de setembro em relação a agosto. "Não porque a demanda é menor", assegurou, "mas simplesmente por falta de produtos para comercializar".

SEM SOLUÇÃO

O governo, apesar de propagandar "milagres" do seu Cruzado, na verdade não sabe como enfrentar esses problemas. As últimas medidas que adotou, por meio do Conselho Monetário Nacional, mostram que ele está mesmo preocupado é com a queda das exportações (concedeu aos exportadores direito de manter estoques de dólares no Banco Central, remunerados a juros), além de empenhado em bajular o capital estrangeiro. João Sayad, ministro do Planejamento, chegou a "extrapolalar de suas funções neste sentido, garantindo a empresários japoneses que a Constituinte não vai legislar sobre monopólios imperialistas, remessas de lucros ou assuntos do gênero.

Compromissos de Quêrcia com operários paulistas

O candidato ao governo de São Paulo, Orestes Quêrcia, emitiu uma nota onde diz: "Atendendo ao convite do deputado Aurélio Peres, quero reafirmar perante eles meus compromissos de governo". Ele inicia a nota comprometendo-se a "lutar por uma Assembléia Constituinte livre e soberana".

Quêrcia compromete-se, também, com a luta "pelo desenvolvimento do país, baseado na manutenção do

congelamento de preços; no aumento real dos salários e do número de empregos; e no fortalecimento do mercado interno". O candidato do PMDB diz que vai respeitar "as mobilizações dos trabalhadores no campo e na cidade. Lutar para que a nova Constituição incorpore o direito de greve, a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas semanais, a liberdade e a autonomia sindical".

No documento, que está

sendo distribuído nas portas das fábricas de São Paulo, Orestes Quêrcia afirma que, eleito, irá contribuir para "a implantação e a ampliação do Plano Nacional de Reforma Agrária em São Paulo e adotar uma política agrícola baseada na produção de alimentos para consumo interno e no apoio ao pequeno e médio produtor". Após listar outros itens, o candidato ao governo declara que não tem "nenhum compromisso com os grandes grupos econômicos".

TO denuncia falcatruas dos coronéis do Ceará

Com a manchete "Adeus Coronéis!", a Tribuna Operária publicou na semana passada uma edição especial sobre as eleições no Ceará. O jornal, com tiragem de 100 mil exemplares, causou grande impacto na disputa eleitoral do Estado. Conforme afirma no seu editorial, "aproxima-se o dia 15, data fatal para a dominação dos coronéis Adauto Bezerra, Virgílio Távora e César Cals sobre a política cearense. Contra Adauto e sua coligação antidemocrática, o eleitorado se inclina pelo jovem e democrata Tasso Jereissati", candidato da coligação PMDB, PC do B, PDC e PCB.

PODRES DOS CORONÉIS

A edição especial traz uma biografia sintética dos três coronéis. Mostra que "durante a ditadura militar, eles se revezavam no comando do Ceará. Representam o latifúndio, principal responsável pelos tristes recordes do Estado em mortalidade infantil, fome e miséria".

Sobre Adauto Bezerra, candidato a reeleição ao governo, batizado de "o agiota", a Tribuna comprova que sua fortuna teve origem no latifúndio, na contagem de algodão, nos negócios industriais têxteis e na agiotagem praticada no setor bancário. Através de seu Banco Industrial do Ceará, Adauto Bezerra promoveu inúmeros negócios escusos.

Quanto a César Cals, afirma que esse coronel nunca passou pelo teste das urnas, sendo governador e senador biônico no Estado. Ele também é acusado de contrabandear pedras preciosas e de ser considerado um dos maiores depositantes brasileiros nos bancos da

Tribuna Operária
Cz\$ 1,00

Adeus coronéis!

Apresentamos o dia 15, data fatal para a dominação dos coronéis Adauto Bezerra, Virgílio Távora e César Cals sobre a política cearense. Contra Adauto e sua coligação antidemocrática, o eleitorado se inclina pelo jovem e democrata Tasso Jereissati. Veja na página 3 o levantamento dos denunciantes dos coronéis contra o latifúndio e em prosa própria. Há outro motivo que torna esta edição, pelo menos, a mais importante dos últimos 40 anos. Ela diz quem serão os deputados e senadores que vão fazer a nova Constituição do Brasil - a Lei maior que determina o regime político do país, os papéis das forças armadas, os direitos dos trabalhadores e das mulheres, o futuro da Nação. A luta em torno destas questões, repeti: em escala mundial, o enfrentamento que ocorre na sucessão eleitoral. Também no dia 15 serão eleitos os deputados estaduais, incumbidos de escolher a nova Constituição do Ceará.

Suíça. Em 1983, como ministro das Minas e Energia, incentivou a multinacional Stannum a invadir a reserva indígena Kayapó, no Pará, para "pesquisar" a lavra de ouro. E sobre Virgílio Távora, "o mais antigo coronel da política cearense", enfatiza que ele governou o Estado por duas vezes e é o principal culpado pela situação caótica do setor público. "O povo cearense deve saber que Távora é o responsável pela atual dívida do Estado, que beira 10 bilhões de dólares".

EXTREMO OPOSTO

A Tribuna Operária também apresenta uma entrevista com a presidente do Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil,

Gilse Avelar, que explica o apoio dos comunistas ao candidato Tasso Jereissati. Segundo ela, esta candidatura "é representativa de um conjunto de forças democráticas interessado em manter as liberdades conquistadas no país até o momento, ampliá-las, e impedir o avanço dos setores direitistas" representados pela coligação dos três coronéis.

Por último, a edição especial divulga o nome dos dois candidatos apoiados pelo PC do B: o líder do movimento de bairros Inácio Arruda, candidato à Constituinte pela própria legenda; e o advogado Benedito Bizzeril, candidato à Assembléia Legislativa pelo PMDB.

"Os candidatos do PC do B transmitem fé na luta do povo"



Vladimir faz campanha nas folgas do serviço

Visitou 5 mil casas

A campanha do portuário rio-grandino Vladimir Guimarães para deputado constituinte mostra a imensa diferença entre a campanha do PC do B e as dos demais partidos.

Os comunistas, com mingua-dos recursos, fazem campanha no meio das massas oprimidas, recebendo calorosa acolhida por suas propostas. Vladimir Guimarães é um exemplo. Obrigado a trabalhar para sustentar a família, ele faz campanha nas férias e nas horas de repouso do serviço. Mesmo assim já visitou, até agora, mais de 5 mil residências e percorreu várias cidades em torno de Rio Grande, onde mora: Pelotas, São José do Norte, Bagé, Santa Vitória do Palmar e Chui.

APOIO POPULAR

Em Pelotas os comunistas recebem apoio de muita gente decidida a mudar o Brasil. Para "seu" Carlos Siciliano, apelidado "Índio Puro do Araça e Pitanga", do bairro Santa Terezinha, os comunistas merecem apoio porque apre-

sentam as propostas mais progressistas e estão dispostos a tudo para defendê-las.

Dona Odete Braga, enfermeira do bairro Nossa Senhora de Fátima, não só manifestou o seu apoio como passou a ajudar decididamente na campanha. Segundo ela, somente os comunistas representam uma alternativa séria de mudança.

Dona Selma, proprietária de um bar no bairro Fragata, também manifestou admiração pela campanha do PC do B. Segundo ela Vladimir foi o único candidato que entrou em seu bar. Os candidatos de outros partidos fazem campanha com cabos eleitorais pagos e dão as costas ao povo. "Mas vão receber o troco", promete.

Dona Maria Arlinda, do bairro Areal, só não vai votar em Vladimir porque já havia se comprometido, através do telefone Constituinte do PC do B, a votar na companheira Jussara Gomes, também candidata do partido a deputada federal. Para ela, o PC do B é que defende com coerência e firmeza os direitos da mulher.

"Uma campanha ascendente e empolgante pelo apoio da gente simples do povo" - é como Déo Gomes, coordenador eleitoral do PC do B no Rio Grande do Sul, classifica a campanha dos comunistas no Estado.

São onze candidatos a deputado federal e de todos eles se ouve a mesma avaliação. Nos seus relatos, cada um dá exemplos vibrantes da adesão popular nos bairros e portas de fábricas. Aqui e ali se encontra um eleitor concluindo: "O PC do B é diferente, seus candidatos são pessoas simples, que transmitem fé na luta do povo".

A repercussão da batalha eleitoral do PC do B aparece bem na "esquina democrática", na área mais movimentada de Porto Alegre, onde periodicamente o partido realizou comícios, sempre com centenas de pessoas. Nas últimas semanas os comícios ganharam um novo personagem: um boneco do Édson Silva, presidente regional do partido e candidato a deputado federal.

A atividade eleitoral se manifestou também nos mais de 200 debates que seus candidatos participaram com operários, universitários, professores, trabalhadores rurais; explicando as propostas do partido para a Constituinte.

Eleitores de 53 municípios já recorreram ao "telefone Constituinte", anunciado no programa eleitoral pelo rádio e TV, para declarar seu apoio aos candidatos comunistas e, na maioria dos casos, para pedir o envio de material de campanha.

Em meio a toda essa atividade cresceu também a campanha da vereadora Jussara Cony, candidata a deputada estadual pelo PMDB, com o apoio do PC do B.

O líder do PCB fez acordos inconfessáveis com Jânio

O vereador Luiz Tenório de Lima, líder do PC B na Câmara Municipal de São Paulo, anda mesmo em maus lençóis. É como se fosse flagrado sem pijama. Seus inconfessáveis conchavos com o prefeito Jânio Quadros começam vir à tona. E são de um conteúdo marcadamente antipopular.

Ele foi pilhado há poucos dias no já chamado caso IPTU, a tentativa que o senhor Jânio Quadros vinha fazendo no sentido de aumentar o Imposto Predial e Territorial Urbano entre 350% e até 800%. Aliás, pilhado não é a palavra apropriada: "Tenorinho", como também é conhecido o vereador pecebista, simplesmente ausentou-se da votação que a Câmara deveria realizar sobre a proposta do prefeito elevando o valor do imposto. E desta maneira participou da manobra de evitar o quórum necessário à apreciação do assunto pelo Legislativo municipal.

levada a efeito pelos janistas. O propósito era impor a aprovação por decurso de prazo.

SOFISMAS

"Tenorinho" não teve coragem de assumir sua aliança com Jânio. Pelo contrário, procurou argumentos para sustentar que, embora tenha um bom relacionamento com o prefeito, isto "não elimina a distância ideológica que nos separa". É compreensível que políticos marcadamente oportunistas queiram esconder os negócios que mantêm às escondidas com outros de sua estirpe, particularmente quando se nota que o vereador em questão é candidato a deputado federal e está em plena caça ao voto.

O episódio do IPTU, contudo, não foi o único em que se revelou as negociações do senhor Tenório de Lima com o janismo. Todos os vereadores sabem, e muitos disseram e reiteraram isto

em entrevistas à imprensa, que o vereador do PCB sempre votou favoravelmente aos projetos de Jânio Quadros, em geral contra os interesses da população.

Os pecebistas, por sinal, conhecem bem o caráter de seu líder na Câmara. Tanto que na convenção realizada para apoiar a candidatura de Antônio Ermirio ao governo ("Tenorinho" posicionou-se contra) não faltaram adversários para ameaçar divulgar "os podres dele com Jânio".

O próprio Jânio também não se importa muito em manter o segredo de suas negociações com o vereador revisionista. Há algum tempo, em contato com líderes da CGT, ele comentou que é muito amigo do "Tenorinho", a quem teria "doado" o comando da Administração Regional de Perus.

Por aí se vê a que nível chegou a degenerescência do chamado "partidão".

Já à venda
Presença da Mulher
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Patrões contra gatilho salarial

O Plano Cruzado prevê o reajuste automático dos salários quando a inflação alcançar o nível dos 20%. É um patamar elevado, pois com isto o poder aquisitivo dos trabalhadores fica defasado por muito tempo. Mas agora, quando já se vê que o índice de 20% será alcançado em fevereiro, os patrões começam a se movimentar contra o reajuste.

CINISMO DOS RICOS

O argumento patronal é conhecido. Eles alegam que se o "gatilho" dos salários for disparado, haverá uma pressão inflacionária sobre todos os preços. Os ricos sonegam carne e remédios para forçar a elevação dos preços, pedem o descongelamento das tarifas de transportes, elevam brutalmente os aluguéis, praticam a maquiagem em diversos produtos, burlando a tabela e, com o maior cinismo, gritam contra o reajuste salarial.

A vida demonstrou que é muito difícil manter o congelamento dos preços no sistema capitalista. Os proprietários dos meios de produção têm mil maneiras de esconder ou modificar mercadorias. Mas os patrões são também os que controlam o pagamento dos salários, exercendo rigorosa fiscalização para manter congelado o preço da mercadoria força de trabalho.

Os capitalistas pretendem, a partir de fevereiro, praticar uma nova escalada de arrocho salarial. Querem impedir que os trabalhadores consigam a reposição das perdas salariais ocorridas desde o início do Plano Cruzado.

LEIS GARANTEM O LUCRO

Para os trabalhadores as coisas se apresentam da seguinte forma: 1º) Não abrir mão do reajuste já acertado quando a inflação atingir os 20%; 2º) Lutar para que o patamar do reajuste automático seja reduzido de 20 para 5%, evitando a corrosão do poder aquisitivo por muito tempo; 3º) Exigir a reposição das perdas salariais ocorridas durante o regime militar; 4º) Junto com o conjunto das massas populares, cerrar fileiras para a manutenção do congelamento dos preços e medidas energéticas para regularizar o abastecimento.

Não se pode ter a ilusão de que medidas de cima para baixo resolvam este conflito. Afinal, vivemos num regime capitalista e o governo, mesmo que adote certas medidas de caráter democrático, objetivamente é representante das classes dominantes. As leis e todas as instituições do país estão construídas para garantir o lucro, e não para assegurar melhores salários aos trabalhadores.

Desta forma, além de se prepararem para a batalha no terreno econômico, os trabalhadores devem ter em vista também a situação política. Numa sociedade onde imperam as liberdades democráticas mais amplas, os operários têm melhores condições de reprimir a ambição desmedida de lucro dos capitalistas. O próprio direito de greve só será de fato respeitado se for alcançada uma correlação de forças favorável às correntes democráticas. Assim, as reivindicações salariais dos trabalhadores estão, neste momento, intimamente entrelaçadas com as eleições de 15 de novembro. Muitas das decisões sobre o reajuste salarial e os rumos do congelamento serão tomadas em função do resultado eleitoral.

QUESTÃO MAIOR

A luta pelo salário e pela manutenção do congelamento está no fundo ligada a uma questão maior que é o tratamento a ser dado à inflação. O Plano Cruzado vai revelando as suas debilidades. O povo terá que pressionar para que o governo coloque na ordem do dia a questão da dívida externa, fator chave que pressiona a alta inflacionária. (Rogério Lustosa)

Pela extinção do latifúndio

Questão ligada à própria formação do Brasil, a estrutura agrária será um dos temas cruciais da Constituinte. Os latifundiários investem fortunas nas campanhas de seus candidatos - além de sabotarem os aspectos positivos do Plano Cruzado. São fatos que tornam ainda mais premente a necessidade de profundas modificações na estrutura fundiária do país.

Em 1946, a Assembléia Nacional Constituinte aprovou um texto constitucional onde rezava "promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos".

Em 1964, a Emenda Constitucional nº 10, de 30 de novembro, instrumentalizou o governo para eliminar os entraves, suprimindo a exigência de "justa e prévia indenização em dinheiro" nos casos de desapropriação de áreas para fins de reforma agrária.

Na Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra - estão os princípios e fundamentos jurídicos e filosóficos que justificam a intervenção do Estado na modificação da estrutura fundiária.

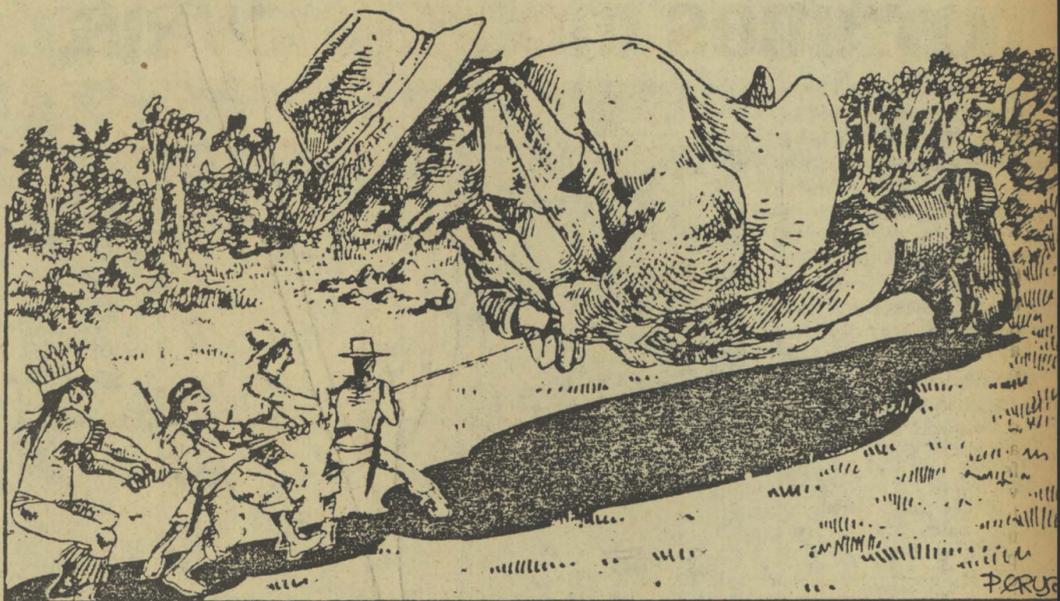
Em 1985, derrotado o regime militar, o governo da Nova República, através do então ministro Nelson Ribeiro, apresentou aos trabalhadores rurais e à nação o I Plano Nacional de Reforma Agrária, com o qual pretendia progressivamente ir eliminando o minifúndio e o latifúndio, além de adotar medidas complementares para fixar o homem no campo.

Às vésperas do Estatuto da Terra completar 22 anos, e um ano após Sarney decretar a implantação do I PNRA, quase nada mudou. É verdade que o presidente da República assinou 190 decretos desapropriando áreas de terra em diversos pontos do país. Mas 120 deles encontram-se paralisados na Justiça, que não concedeu a emissão de posse ao Inera. São 1.053 mil hectares que seriam destinados a 34 mil famílias camponesas, em módulos de até 27 hectares. Por outro lado, também é verdade que em relação à meta para o período 85/86 o saldo é insignificante. As forças reacionárias e inimigas da reforma agrária derrubaram o ministro Nelson Ribeiro e José Gomes da Silva, preposse ao Inera. São 1.053 mil hectares importantes vitória, não só no campo jurídico, impedindo a aplicação dos decretos desapropriantes; como também transfigurando o I PNRA, retirando dele as áreas específicas ou prioritárias, a formação de propriedade comunitária, excluindo áreas onde existam arrendatários, parceiros e submetendo os Planos Regionais de Reforma Agrária à aprovação pessoal do presidente da República. Foram medidas golpistas, com o objetivo de manter intocada a estrutura fundiária, elaboradas nos gabinetes do chefe do SNI e do ministro Marco Maciel, fiéis aliados da UDR e dos latifundiários.

Produção agrícola do latifúndio visa a exportação

A concentração da posse da terra, historicamente assegurada e até hoje estimulada, faz prevalecer o latifúndio, em nome de um modelo econômico concentracionista e com uma política agrícola voltada para a exportação. Segundo dados oficiais, em 1984 haviam 3.103.000 hectares de plantação de algodão; 608.836 ha. de cacau; 3.660.000 ha. de cana, voltada para o Proálcool; 2.452.000 ha. de café; 9.416.000 ha. de soja; enquanto o feijão, a mandioca e a batata inglesa não ocupavam mais de 7.296.000 hectares. Neste mesmo período, eram cadastrados 5.151.000 propriedades, das quais 469 mil com área inferior a 1 hectare, 4 milhões com áreas de 1 a 100 hectares, enquanto 47.841 propriedades somavam 164.556.628 hectares. Ao lado deste quadro, figuram mais de 10 milhões de trabalhadores rurais sem terra, e segundo os critérios do Estatuto da Terra, os latifúndios improdutivos detêm 409 milhões de hectares, que além de não produzem, acumularam com a União um débito de mais de 20 milhões de cruzados referentes ao não pagamento de tributos rurais.

Durante esses 22 anos, a violência praticada pelos latifundiários e seus prepostos deixou um saldo de 180 mortos em 1984, 261 em 1985 e já passa da casa dos 200 em 1986. Por outro lado, as lutas e mobilizações



em defesa da ocupação e uso da terra, dirigidas pela Contag, por sindicatos de trabalhadores rurais, e com apoio de setores progressistas, vem crescendo dia-a-dia e hoje, em vários pontos do país, cerca de 14 mil famílias ocupam terras antes destinadas à especulação dos latifundiários junto aos bancos, apesar da violenta repressão perpetrada pela polícia e por jagunços. O Plano Nacional de Reforma Agrária, alvo da fúria dos latifundiários e seus aliados dentro e fora do governo federal, do Parlamento, de governos estaduais, tem metas tímidas, insuficientes, e em nenhum momento se propõe a extinguir efetivamente o latifúndio, transformando a estrutura fundiária. Logo de saída, o PNRA exclui as chamadas empresas rurais e fazendas ditas produtivas. O governo havia estabelecido metas que pretendiam, de 86 a 89, assentar 1,4 milhões de trabalhadores rurais sem terra e, até dezembro de 86, 100 mil. Só que tem capitulado frente às pressões dos latifundiários organizados numa entidade fascista, a UDR, para impedir a realização da reforma agrária.

Uma situação grave a ser debatida na Constituinte

Segundo ainda os dados oficiais, as terras agricultáveis estão concentradas da seguinte forma: 409 milhões de hectares são latifúndios particulares, 18 milhões de hectares nas mãos da Igreja, 114 milhões de hectares de terras públicas e 6 milhões de hectares em mãos de estrangeiros.

Na Assembléia Nacional Constituinte, a questão agrária se coloca como das mais importantes a serem debatidas. O quadro grave da situação no campo mostra o quanto são urgentes as modificações que precisam ser efetivadas no sistema fundiário. Enquanto os dados mais recentes indicam a existência de 12 milhões de camponeses sem terra, os grandes latifundiários e empresas estrangeiras se apropriam de milhões de hectares, a exemplo da Volks, com 140 mil hectares no Pará; família Danis, com 98 mil hectares no Pará; família Liquifarm, com 670 mil hectares em Mato Grosso; o Frigorífico Anglo, com 664 mil hectares em Goiás.

Desde o início da fase imperialista, no fim do século passado, empresas estrangeiras faziam inversões importantes na agricultura. A progressiva preferência pela agro-indústria em nenhum momento fez diminuir o peso absoluto dos investimentos estrangeiros na aquisição de terras e produção agro-pecuária. Mas é a partir de 1964 que aumenta o interesse dos grupos alienígenas. Isso se dá num quadro de neocolonização do Brasil pelo imperialismo, especialmente o norte-americano, e a implantação da ditadura militar na qual consagra-se os desmandos, o entreguismo e a desenfreada corrupção.

Os imperialistas avançam sobre o nosso território

Em 1968 a Câmara dos Deputados chegou a instalar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a venda de terras a estrangeiros. Depois de muita luta, de superar dificuldades e barreiras, julgada incompleta pelos próprios deputados, conseguiu aquela CPI apurar que mais de 20 milhões

de hectares do território brasileiro já estavam dominados pelo capital estrangeiro. O mecanismo usado pelos estrangeiros variam entre a compra a pequenos proprietários, requisição de terras públicas, e a grilagem, acompanhada de fraudes e uso da violência contra o camponês brasileiro.

A ocupação de terras pelos estrangeiros chegou, naquela época, a 36% do Amapá, mais de 10% da Bahia, e 3,5% de Goiás. Apesar da censura à imprensa, da violência do regime militar contra o Parlamento e contra a resistência democrática, foi grande a repercussão das denúncias e conclusões da CPI. Os generais no poder levaram os imperialistas a aumentar suas associações com empresas, latifundiários e grileiros brasileiros, aperfeiçoando seus métodos de ação. Exemplo disso é o projeto Jari, com seus 3.500.000 hectares, que em 1973 obteve total isenção de impostos. A ocupação de terras pelo capital estrangeiro se alastrou pelo território nacional, através de "investimentos" como o Frigorífico Anglo, The Lancashire General Investment Co., com 998.000 hectares; a Jica, empreendimento japonês com 50 milhões de hectares localizado no sul de Goiás e Oeste de Minas para produzir agricultura de exportação; a Nestle, com 75 fábricas instaladas em várias bacias leiteiras, e que em 1983 operou 1 milhão de toneladas de leite natural.

O capital estrangeiro impõe um controle aos pequenos e médios produtores, comprando seus produtos por preço baixo, e participa ativamente da expulsão violenta do homem do campo, mantendo uma relação de trabalho atrasada de semi-escravidão. A reforma agrária antilatifundiária é uma tarefa democrática e patriótica, de defesa dos interesses e da soberania nacional, que ao ser feita precisa confiscar todas as terras, sem qualquer indenização, que estejam em mãos do capital estrangeiro.

O Brasil possui hoje um rebanho bovino calculado em 140 milhões de cabeças, que usa uma área total de 174.499 mil hectares de pastagens, sendo que a pastagem plantada não chega aos 61 milhões de hectares, e os maiores produtores de gado bovino são os Estados de São Paulo, com 10.635.000 cabeças; Rio Grande do Sul, com 12.893.725; Mato Grosso do Sul, com 13.190.347; Goiás com 18.687.760; Minas Gerais, com 20.059.354; Bahia, com 9.426.527; Mato Grosso, com 6.365.104; Pará, com 3.198.559; Maranhão, com 3.054.555, segundo dados do IBGE/1980. Estes números além de estarem hoje defasados, mesmo na época do censo não batiam com a realidade, já que é praxe dos pecuaristas e latifundiários, sejam pessoas físicas ou jurídicas, omitirem informações corretas, como uma das formas usadas para fugir à tributação.

Integrantes da oligarquia que sempre determinaram em última instância os rumos do país, reacionários e retrógrados por tradição e acostumados à impunidade, os latifundiários-pecuaristas brasileiros, aliados da grande burguesia monopolista, sentem-se no direito de submeter o país à crise de abastecimento em que vive hoje, escondendo, contrabandeando o rebanho, e burlando a política econômica como forma de desestabilizar o frágil regime democrático em que vivemos com a Nova República. Por outro lado, o governo demonstra impotência e vacilação em aplicar com rigor a legislação de que dispõe como a Lei Delegada nº 4. Não basta anunciar medidas que, por falta de aplicação, são desmoralizadas e desacreditadas. Não são os açougueiros, na sua maioria pequenos comerciantes de carne, que devem ser alvo do governo. É preciso botar a mão forte sobre os frigoríficos e pecuaristas, que sabotam até o abastecimento com a carne importada pelo governo.

Oligarquias que dominam o Brasil há vários séculos

Com a Constituinte, a nação tem a oportunidade de repensar o Brasil, e, a despeito da composição da Assembléia - onde talvez a maioria seja eleita às custas da corrupção, fraude e do financiamento da campanha pela UDR, por grande empresas e pelo imperialismo -, as forças democráticas, progressistas e populares se baterão para introduzir substanciais mudanças exigidas pelo povo. Será imprescindível a ampla mobilização popular, mas sobretudo durante o funcionamento da Constituinte.

Os parlamentares vinculados ao povo serão abertos às opiniões e propostas que contribuam efetivamente para o avanço democrático e progressista. E apoiados por grande mobilizações e ações de massas operárias e camponesas, em especial defendendo o fim da concentração fundiária, acabando com o atual sistema de propriedade de terra, que fortalece as oligarquias, atrela o país ao capital estrangeiro e impede o desenvolvimento democrático. É por isso que será proposta a extinção progressiva e sem interrupção do latifúndio; a desapropriação imediata de todas as áreas não exploradas; confisco das terras griladas ou com títulos ilegais; entrega gratuita de terras aos camponeses pobres ou assalariados rurais; confisco das terras utilizadas por empresas de capital estrangeiro ou a ele associado. Será proposto também que o Estado promova e estimule a criação de explorações coletivas no campo objetivando a elevação do nível técnico e favorecendo maior produtividade. (Artur de Paula)

Distribuição da posse da terra - Brasil

1980				
Extratos de área (ha)	Estabelecimentos	%	Área	%
Menos de 1	469.091	9,1	280.003	0,1
1 a menos de 2	515.515	10,0	706.942	0,2
2 a menos de 5	903.590	17,5	2.942.802	0,8
5 a menos de 10	709.823	13,8	5.074.510	1,4
10 a menos de 20	771.330	15,0	10.751.394	3,0
20 a menos de 50	854.051	16,6	26.384.898	7,2
50 a menos de 100	391.393	7,6	27.358.050	7,5
100 a menos de 200	260.714	5,1	34.671.996	9,5
200 a menos de 500	169.455	3,3	51.957.472	14,2
500 a menos de 1.000	58.352	1,1	40.169.719	11,0
1.000 a menos de 2.000	27.145	0,5	37.027.553	10,2
2.000 a menos de 2.500	5.794	0,1	12.703.667	3,5
2.500 a menos de 5.000	9.038	0,2	30.763.518	8,5
5.000 a menos de 10.000	3.519	0,1	24.054.110	6,6
10.000 a menos de 100.000	2.292	0,04	48.284.277	13,2
mais de 100.000	53	0,001	11.727.653	3,2
TOTAL	5.151.000	100	364.854.424	100

DE OLHO NO LANCE

O PCB se justifica

"A campanha de Quéricia é esquerdizante (...) O apelo anticapitalista de elementos do PMDB é negativo". Isto foi o que declarou o presidente regional do PCB em São Paulo, Jarbas de Holanda, ao "Jornal do Brasil".

Fica assim melhor esclarecido o apoio dos pecebistas a Antônio Ermírio. Este não é esquerdizante e além disto é um grande patrão. Vai por água abaixo aquele argumento oportunista de unir forças para derrotar Maluf, usado pelo PCB. No fundo os seguidores de Giocondo Dias e Jarbas Holanda têm medo da campanha baseada no contato direto com as massas e de denúncias vivas adotada pelo candidato do PMDB.

Mas a atitude do PCB serviu também para revelar o seu profundo afastamento das massas. Quando este agrupamento resolveu apoiar Ermírio - com medo do "esquerdismo" de Quéricia e, certamente, na busca de algum cargo se o grande patrão fosse eleito - as massas faziam o movimento contrário, abandonavam Antônio Ermírio e aderiam à candidatura do PMDB. Com o desenrolar da campanha os trabalhadores perceberam quem era na verdade o candidato capaz de derrotar Maluf e estabelecer maiores compromissos com a democracia. Com a guinada para a direita o PCB se isolou e rachou de alto a baixo.

Condutores de ônibus param novamente a capital paulista

Os capitalistas querem acabar com a escala móvel

Ao fecharmos essa edição, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo já havia julgado a greve dos motoristas e cobradores. Ao mesmo tempo que a declarava ilegal, exigiu das empresas (33 particulares mais a CMTC) que cumprissem com sua sentença anterior, num prazo de 48 horas, o que constitui uma vitória dos trabalhadores. O movimento chegava ao fim.

A paralisação dos motoristas e cobradores teve início na madrugada de terça-feira, dia 4, em função da ganância dos patrões. Estes simplesmente não incluíram no salário de outubro o reajuste de 9,84% concedido pelo TRT quando do julgamento da greve anterior da categoria, em 1º de setembro. Tanto as empresas particulares como a CMTC entraram com pedido de suspensão da sentença do tribunal paulista no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, que ainda não se pronunciou sobre o assunto.

Os trabalhadores reivindicam agora o imediato cumprimento da decisão da justiça e mais 30% de aumento real dos salários. Já os funcionários das 33 empresas privadas também exigem a equiparação salarial com os seus companheiros da CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo).

AUMENTA ADESÕES

A greve dos condutores começou de forma meio caótica. Várias empresas pararam de maneira espontânea, sem o auxílio dos piquetes. As maiores dificuldades dos grevistas ocorreram nas garagens da CMTC. Segundo avaliação do sindicato da categoria, o primeiro dia de greve teve a adesão de 85% dos trabalhadores das empresas particulares e de 60% dos funcionários da companhia da prefeitura da capital paulista.

Já no segundo dia, a paralisação se ampliou. Na assembleia da mesma terça-feira, com a presença de cerca de 500 ativistas sindicais, foram formados inúmeros comandos de greve, que partiram para os piquetes. Na quarta-feira, o sindicato calcula que adesão atingiu 97% da categoria.

"LINGUIÇA PARA CASA"

Esta evolução do movimento indica o grau de revolta na base. "Ninguém agüenta mais o salário de fome e o desrespeito dos empresários", comenta João Alves do Nascimento, presidente do Sindicato dos Condutores. Ele informa que as empresas têm encontrado dificuldades para contratar novos empregados, deixando vários veículos estacionados. "O pessoal está deixando a

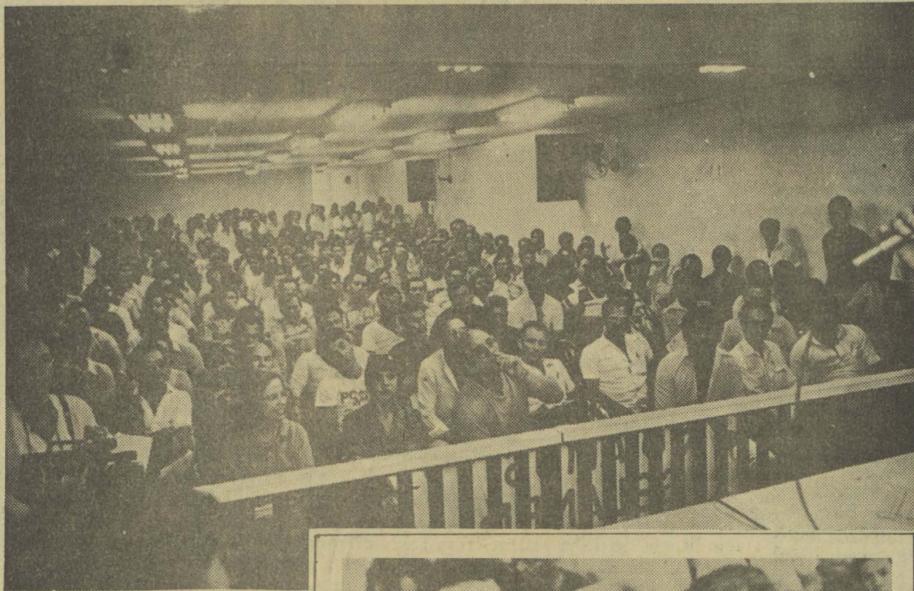


Foto: Alilton S. Leite

Na assembleia de terça-feira, os condutores mantêm a greve pelo cumprimento da decisão do TRT

profissão. Não quer ser escravo", completa.

Gregório Poço, o popular *Gregório*, trabalhador da manutenção eleito pelos funcionários para a diretoria da CMTC, também deposita no descontentamento da categoria a forte participação na greve. Ele lembra uma cena chocante que ilustra a situação de miséria dos condutores. Durante os piquetes na madrugada do dia 4, ele pagou uma liguiça para um companheiro no bar em frente a garagem da empresa São Miguel. "O cara agradeceu e guardou o pedaço de carne no bolso. Disse que ia levar para a mulher e os dois filhos, que há vários dias não têm mistura no prato de comida", recorda, indignado, *Gregório*.

Outro fator que contribuiu para a explosão do movimento foi a parcialidade da justiça brasileira. Um motorista da garagem do Catumbi da CMTC explica: "Na nossa greve de 1º de setembro, o TRT decretou a ilegalidade antes dela começar. Agora a justiça demorou para obrigar os patrões a cumprirem sua própria decisão. É um grande absurdo!"

CONTRA O REPASSE

Os grevistas também estão atentos à jogada suja dos empresários, que querem se aproveitar da paralisação para furar o congelamento dos preços e conseguir o aumento da tarifa dos ônibus. Na assembleia de terça-feira, eles decidiram publicar uma "carta aberta à população" explicando que lutam pelo aumento do salário, mas não aceitam o repasse para as passagens.



Miguel Carvalho (à esquerda) tira lições da paralisação

Ensinamentos da greve

Nas assembleias dos condutores um fato chamava a atenção: dezenas de grevistas colaram nas camisas o adesivo do candidato à Constituinte pelo PC do B, Miguel Carvalho. Isto revela o respeito da categoria pelos comunistas, que sempre estiveram à frente das lutas dos trabalhadores.

Nesta entrevista à *Tribuna Operária*, Miguel Carvalho, que é funcionário da CMTC e já pertenceu à diretoria do sindicato, tira as primeiras lições da paralisação dos condutores paulistas. Para ele, "a greve demonstrou que a categoria está super revoltada. Ela recebe um salário indigno, tem uma jornada de trabalho estafante, é obrigada a conduzir veículos precários e ainda tem que pagar as peças quebradas".

O candidato do Partido Comunista do Brasil também critica duramente a justiça do trabalho. "Essa greve prova mais uma vez que a justiça brasileira só serve para os ricos, para a burguesia. Ela decreta a ilegalidade

das lutas trabalhistas, mas não pune os patrões que desrespeitam as suas próprias decisões", comenta.

Miguel resalta que a categoria começa a se organizar no interior das empresas, nas garagens. "Isto é um fato positivo, que deve ser mais trabalhado. Nessa greve muitas empresas pararam sem o auxílio dos piquetes. Novas lideranças se formaram. As assembleias gerais eram pequenas, só de ativistas. Mas a maioria das garagens parou, aderiu à greve".

Por último, ele critica o oportunismo dos empresários e do prefeito Jânio Quadros. "Eles querem se aproveitar das greves para furar o Plano Cruzado, para aumentar as tarifas. Para ganhar o apoio da população, as greves nos transportes precisam deixar claro que os trabalhadores defendem o congelamento dos preços. Além disso, é preciso erguer a bandeira da estatização do serviço de transporte coletivo".

O reajuste dos salários com base na escala móvel quando a inflação atingir 20% (princípio estabelecido no decreto-lei 2.284, que instituiu o Plano Cruzado) vem sendo alvo de um pesado bombardeio dos grandes capitalistas. Eles exigem que o governo elimine o mecanismo sob o pretexto de que poderá desencadear uma nova febre inflacionária.

A pressão contra a escala móvel não é nova. Já faz alguns meses, o banco Morgan, norte-americano, um dos maiores credores do país, sugeriu o fim desse dispositivo no contexto de uma elogiosa avaliação do Plano Cruzado. Agora, porém, a campanha nesse sentido ganhou maior impulso, contando inclusive com o respaldo de vários economistas do governo.

ARROCHO DISFARÇADO

Como se sabe, a inflação provoca a corrosão do valor real dos salários já que este, na medida em que mantém o mesmo valor nominal, perde poder de compra sobre mercadorias cujos preços sobem diariamente, ou seja, a cada dia equivale a menor quantidade de bens e serviços.

Este processo, de arrocho salarial disfarçado, proporcionado pela inflação, embora não deixe de existir com a escala móvel é, porém, limitado por ela. As perdas passam a ser restringidas ao nível que uma alta determinada dos preços, no caso da ordem de 20%, possibilita, já que alcançado este patamar o "gatilho" do reajuste salarial é automaticamente acionado.

O interesse dos capitalistas, quando brandam contra a escala móvel, é consequentemente o de impor um novo arrocho salarial nas costas dos trabalhadores. Já não aceitam conviver com o limite imposto pelo decreto 2.284, querem pagar um salário real ainda menor.

O governo federal tem evitado comentar o problema. Sabe-se que em seu interior convivem opiniões contraditórias a respeito. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, já se declarou contra o fim da escala

móvel. Outros, contudo, trabalham em silêncio na direção oposta.

COMPROMISSO

Em primeiro lugar, como lembrou Antônio José do Prado, técnico do Dieese, é preciso lembrar que a escala móvel "consta de uma lei que está em vigor, tendo sido aprovada no Congresso. E o governo assumiu com os trabalhadores o compromisso de que não iria eliminá-la".

- Se isto ocorresse não restariam dúvidas de que estaríamos dando um passo atrás, disse. Voltaríamos ao tempo em que a cada dois ou três meses a chamada política salarial era alterada para adequar-se aos interesses do governo e mudanças na conjuntura econômica.

Ele resalta, ainda, que "nas condições em que está a economia do país, revogar a escala móvel significa imputar novas perdas para os assalariados. Nós entendemos até que é preciso modificá-la, mas para melhor, reduzindo o 'gatilho' para 5% de inflação. É o que os trabalhadores reivindicam e algumas categorias já conquistaram".

REIVINDICAÇÃO ANTIGA

Já o presidente do Sindicato dos Químicos de Suzano, Geraldo Pereira Filho, acentuou que o princípio do reajuste salarial com base na escala móvel responde, em certa medida, a uma antiga reivindicação dos trabalhadores, frisando, ao mesmo tempo que "na verdade, neste patamar de 20%, ela não chega a nos favorecer muito, não atende aos nossos interesses. O que todos estamos reivindicando é diminuir o índice".

Assegurou, também, que "os trabalhadores precisam fazer muita pressão agora para impedir que se acabe com a escala móvel. Só vejo, agora, o caminho da nossa mobilização, em primeiro lugar, para impedir um retrocesso nesta conquista, mas, ainda, para melhorar a escala móvel, de forma que os salários sejam reajustados quando a inflação atingir 5%. Isto depende da mobilização e união de todas as categorias, pois o outro lado só entende a linguagem da pressão".

STR de Itabuna e Ilhéus elege uma diretoria de luta

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna, um dos mais antigos do país e o maior do Estado da Bahia, com 10 mil sócios e 150 mil trabalhadores na base, tem nova diretoria. Nas eleições de 31 de outubro a 2 de novembro foi eleita a chapa 2, de oposição, que concorreu com os pelegos apoiados pela famigerada UDR. O novo presidente da entidade é o lavrador Higinio José Filho, que promete grandes mudanças no sindicato.

Para vencer, já no terceiro escrutínio, a chapa 2 teve que enfrentar os pelegos Damasceno e Manezinho, há 16 anos encastelados na entidade. Diversas denúncias comprovaram que a pelegada, além de deslavadamente corrupta, sempre defendia os fazendeiros contra os trabalhadores. Além disso os ex-dirigentes do sindicato eram contra a reforma agrária e nunca deram apoio à luta dos posseiros. No distrito de Maria Japé, por exemplo, ficaram ao lado dos grileiros ao invés de defender os trabalhadores que lutam por um pedaço de terra para sobreviver.

ANTICOMUNISMO ABERTO

Diante disto não causou surpresa a campanha anticomunista dos pelegos, que tiveram respaldo declarado da UDR. Os fazendeiros pagaram camisas, forneceram transporte e alguns fizeram até "boca de urna" pessoalmente.

No dia da votação, apesar de alguns atritos, o clima geral foi tranquilo. Ganhou a chapa que defende um sindicato combativo, salário decente, terra para quem nela trabalha, melhor

assistência ao trabalhador e o fim da corrupção na entidade.

O presidente eleito, José Higinio, foi diretor do sindicato. Saiu por não concordar com a política contrária aos interesses dos lavradores. Assim como ele, Genilson, Valdemir, Albertino e Vitorino são lideranças conhecidas nas lutas em defesa dos posseiros e lavradores.

A nova diretoria precisa garantir sua posse, já que os pelegos, desesperados, não querem deixar a direção da entidade. Empossada, a nova diretoria vai realizar rigorosa auditoria para avaliar a situação financeira da entidade. Ao mesmo tempo desenvolverá uma ampla campanha de sindicalização, visando filiar metade da base da categoria, espalhada pela região cacauceira, onde os trabalhadores são ferozmente explorados.

A vitória da chapa 2 deverá significar, a médio prazo, um salto de qualidade no trabalho de organização e mobilização dos trabalhadores da região, na luta contra a exploração dos fazendeiros e pela reforma agrária. (da sucursal)

Ferroviários paulistas mostram força

Desde a zero hora do dia 3 de novembro os 9 mil ferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU - e da Rede Ferroviária Federal entraram em greve de 24 horas exigindo aumento de 40%, antecipação do Plano de Cargos e Salários e adicional de periculosidade para quem trabalha nos setores de eletricidade. O Plano, segundo os ferroviários, tramita em Brasília há um ano.

Em assembleia em frente à plataforma de embarque da estação da Luz, os ferroviários decidiram que não dava mais para esperar. Um maquinista recebe Cz\$ 3.637, um manobrador Cz\$ 1.627, um agente de administração Cz\$ 2.395. O maior salário entre os cargos operacionais é o de maquinista, que pode chegar a Cz\$ 5.130.

Durante a assembleia foi nomeada uma comissão para negociar com as empresas. Um dos membros da comissão, Antônio Donizetti, declarou que a categoria teve que enfrentar dois problemas: "O nosso sindicato era contra a greve e fez de tudo para impedir que ela ocorresse, negou-se, inclusive, a aceitar a proposta do TRT de não punir os grevistas, por outro lado tínhamos que negociar com as empresas. Com uma situação assim, considero que o movimento foi



Passeata dos ferroviários durante a campanha por reivindicações salariais

vitorioso. Cerca de 60% da categoria parou. Conseguimos a promessa de que o Plano de Cargos e Salários será apresentado até o dia 12 de novembro. Caso contrário, realizaremos nova assembleia, para decidir

se fazemos nova greve ou não". Donizetti considera que "a categoria saiu de cabeça erguida porque conseguiu um bom índice de paralisação, mesmo enfrentando as dificuldades causadas pelo sindicato

em conluio com os representantes da empresa". E concluiu: "Conseguimos organizar a categoria e temos muita chance de conquistar nossas reivindicações ou, então, iniciar novo movimento". (Sylvia Rangel)

Logo for Fundação Maurício Grabois, featuring a stylized 'M' and 'G' and the text 'Fundação Maurício Grabois'.

Vitória dos motoristas em Natal

Adesão total à greve. Foi o que ocorreu em Natal, Rio Grande do Norte, com a campanha dos trabalhadores das empresas de ônibus. A reivindicação era simples: eles queriam 50% de aumento salarial (os motoristas ganhavam Cz\$ 2 mil; e os cobradores, Cz\$ 1 mil) e o fornecimento de fardamento gratuito. É a primeira luta comandada pela nova diretoria do sindicato da classe, empossada no dia 2 de outubro, e as massivas assembleias na praça D. Pedro II apontam para o sucesso do movimento. O sindicato tem 2.100 associados. A greve foi decidida no dia 4, e no dia 5 nenhum ônibus circulou na capital potiguar. A CGT e o PC do B manifestaram seu apoio à greve.

Diferente foi a posição patronal. Recusaram-se a aceitar as reivindicações dos trabalhadores. Concordaram em fornecer o fardamento. Mas acabaram oferecendo 20% de aumento salarial. Os funcionários aceitaram a oferta. Segundo o cálculo dos trabalhadores os empresários têm um saldo de Cz\$ 700 mil por cada veículo ao dia!



Os combativos integrantes da Comissão de Fábrica da Mapri comemoraram a sua posse numa animada festa na subsele do Sindicato dos Metalúrgicos, que reuniu mais de 300 trabalhadores

Comissão de Fábrica da Mapri nasce para lutar

Com uma grande e animada festa, tomou posse no final de outubro a primeira direção da recém-reconhecida Comissão de Fábrica da Mapri - empresa com cerca de 2 mil metalúrgicos localizada na Vila Leopoldina, na região oeste da capital paulista. A vibração dos operários na solenidade não era para menos: desde 1981 eles lutavam para conquistar seu organismo de combate no interior da fábrica, só agora legalizado.

A história da construção da Comissão de Fábrica da Mapri atesta que este importante organismo classista só surgiu a partir da intensa mobilização e organização interna dos trabalhadores. No caso desta empresa, que hoje pertence à poderosa Belgo Mineira, a luta dos operários pela comissão se fez sentir já em meados de 1981.

Neste ano, a firma, que ainda era controlada pela multinacional americana US Still, demitiu cerca de 400 funcionários. O facão gerou grande revolta e o surgimento de um grupo clandestino de trabalhadores, que começou a reivindicar o reconhecimento de uma comissão de fábrica. A multinacional se recusou terminantemente a discutir a questão.

Os metalúrgicos, entretanto, não esmoreceram no seu objetivo. Com grande habilidade, passaram a ver nas Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) um instrumento eficaz para conquista da almejada comissão. Várias lideranças sindicais se candidataram à Cipa e foram eleitas, obtendo as melhores votações. Como cipeiros, gozando de estabilidade no emprego e de certo respaldo, intensificaram o processo de organização e luta no interior da fábrica.

Com a greve geral da categoria, em outubro do ano passado, as negociações do estatuto foram interrompidas. A empresa se assustou com a força da comissão provisória, que com seus membros dirigiu a paralisação na Mapri e em outras firmas da região. Ela chegou a anunciar que não concederia mais o reconhecimento do novo organismo.

Durante este hiato de tempo, a comissão provisória não se acomodou. Manteve-se na dianteira das lutas internas, sempre exigindo o cumprimento da promessa da firma. Só em março deste ano, vendo que não dava pra destruir a organização interna dos operários, as negociações foram retomadas e os estatutos começaram a ser elaborados. Nesta nova fase, uma nova e difícil batalha de interesses teve início.

Vários itens do estatuto geraram prolongados debates. A empresa pretendia limitar e até eliminar o caráter de luta da comissão. "Queriam mesmo era domesticar o organismo e até se utilizar dele para aumentar a produção", observa Ambrósio

comenta Biro-Biro. Outro fator que contribuiu para tornar realidade a comissão foi a posição assumida pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Esta passou a exigir da empresa que todas as negociações trabalhistas fossem acompanhadas pelos cipeiros e posteriormente por algumas lideranças operárias sem estabilidade.

Em junho de 1984, na luta pelo reajuste trimestral e pela redução da jornada de trabalho, os maprianos partiram para a ofensiva. Numa reunião na subsele do sindicato, elegeram os membros de uma comissão de negociação, que depois foi aprovada pela maioria dos operários do turno do dia numa assembleia massiva na porta da fábrica. Devido também à pressão dos metalúrgicos, a direção da Mapri teve que aceitar negociar com esta comissão - de apenas cinco integrantes - e teve que se comprometer a dar estabilidade. Era o primeiro passo para a legalização.

Mapri confessa que não dá para evitar comissão

Esta luta foi vitoriosa. A firma cedeu o trimestral e a redução parcial da jornada de trabalho. Posteriormente concordou em transformar o grupo de negociação numa comissão de fábrica provisória.

Com a greve geral da categoria, em outubro do ano passado, as negociações do estatuto foram interrompidas. A empresa se assustou com a força da comissão provisória, que com seus membros dirigiu a paralisação na Mapri e em outras firmas da região. Ela chegou a anunciar que não concederia mais o reconhecimento do novo organismo.

Durante este hiato de tempo, a comissão provisória não se acomodou. Manteve-se na dianteira das lutas internas, sempre exigindo o cumprimento da promessa da firma. Só em março deste ano, vendo que não dava pra destruir a organização interna dos operários, as negociações foram retomadas e os estatutos começaram a ser elaborados. Nesta nova fase, uma nova e difícil batalha de interesses teve início.

Vários itens do estatuto geraram prolongados debates. A empresa pretendia limitar e até eliminar o caráter de luta da comissão. "Queriam mesmo era domesticar o organismo e até se utilizar dele para aumentar a produção", observa Ambrósio

Pedroso, integrante da comissão. Além disso, ela não aceitava qualquer ligação da comissão com o sindicato da categoria. "Temia a unidade da classe operária", garante Biro-Biro.

A tática da Mapri não era nova. Já havia sido utilizada por outras empresas. Seu objetivo era usar a comissão unicamente para fiscalizar os pequenos problemas internos, alertando a direção antes que eclodisse qualquer movimento. Com isso, procuraria criar um clima de harmonia na fábrica, propiciando maior dedicação ao trabalho - ou seja: aumento de produtividade. Daí proque se tornava necessário evitar qualquer contato da comissão com o restante da categoria. Para a Mapri a comissão deveria simplesmente se limitar ao âmbito restrito da firma. Ela deveria apenas encaminhar, por canais burocráticos e lentos, as pequenas reivindicações dos funcionários.

Além disso, a empresa procurou evitar a participação na comissão de ativistas mais combativos, com pouco tempo de fábrica. Ela propôs que só os funcionários com mais de três anos de casa poderiam ser candidatos ao organismo. E ela também tentou reduzir ao máximo o número de membros da comissão, propondo que só fossem eleitos cinco operários.

Todos esses pontos exigiram negociação. Em alguns, os trabalhadores tiveram que ceder. Em outros, a firma foi obrigada a recuar.

Terminada as negociações, no dia 23 de setembro foi efetuada a eleição. A empresa foi dividida em oito distritos, abrangendo toda a fábrica e escritório. O mais votado de cada distrito ficou na efetiva, o segundo na suplência. Para se candidatar cada um teve que apresentar 40 assinaturas de apoio, o que aumentou a representatividade dos eleitos e dificultou as infiltrações das chefias. Os setores de chefia (líderes, encarregados, gerentes) também foram excluídos do processo eleitoral.

Os prolongados debates sobre novo estatuto

Para os eleitos, lideranças forjadas neste longo processo de luta, a construção da comissão começa agora. Eles garantem que o organismo será o mais democrático possível. A comissão não decidirá nada pelo conjunto dos trabalhadores. As formas de luta e as reivindicações serão deliberadas em assembleias no interior da fábrica. Eles também pretendem se utilizar de todos os mecanismos de comunicação com os trabalhadores, como quadros de aviso, salas nas seções e o jornal da comissão - que em breve circulará.

(Altamiro Borges)



As dicas das lideranças

Nestes cinco anos de confrontos e negociações, os recém-eleitos integrantes da Comissão de Fábrica da Mapri ganharam uma consciência clara do autêntico papel de seu organismo de luta e organização. Em entrevista à Tribuna Operária, eles deram as dicas de como garantir o caráter classista das comissões - o que serve de exemplo para todos os trabalhadores que batalham para alcançar esse objetivo. Publicamos abaixo, de forma resumida, algumas dessas importantes contribuições.

"NUNCA SE ACOMODAR"

"Para cumprir seu papel, a comissão não pode se acomodar nem um minuto. Ela deve manter a fábrica em constante estado de mobilização. Dessa forma ela garante sua sobrevivência e representatividade, impede qualquer manobra da firma, e contribui para a organização independente da classe operária e para o desenvolvimento do movimento sindical. Além disso, ela deve se somar ao sindicato da categoria, contribuindo para forjar a unidade de todos os trabalhadores. Seu papel principal é de organizar a fábrica, evitando criar ilusões de que esta é um paraíso. Não dá para resolver o problema dos operários da Mapri sem resolver os problemas de toda a classe operária" (Biro-Biro, coordenador da comissão da Mapri).

"A comissão de fábrica deve se preocupar principalmente com sua representatividade entre o conjunto dos trabalhadores. Ela deve descobrir todos os problemas que infernizam a vida dos companheiros e uni-los para lutar por uma solução. Só dessa forma ela garante sua existência. Com relação ao Sindicato dos Metalúrgicos, ela deve procurar fortalecer-lo, independente das opiniões políticas da diretoria. Só com comissões fortes é que construiremos um sindicalismo forte e respeitado" (Ambrósio Pedroso, suplente da comissão).

"Na fábrica sempre imperou a ditadura. As chefias e os patrões mandam e desmandam. A comissão precisa tentar democratizar essas relações. Ela deve servir

como canal de comunicação entre os trabalhadores e a direção da firma. Ela não decide nada, mas democraticamente faz chegar aos ouvidos da direção da empresa os problemas dos trabalhadores" (Sebastião Moreira, suplente).

"SEMPRE ATENTO"

Os patrões não conseguiram deter a comissão. Mas agora eles tentam domesticá-la. Querem se aproveitar da comissão para melhorar a produção da empresa. Nós devemos estar sempre atentos. Nossa função é organizar os operários, elevar seu nível de consciência e fazer avançar nossas lutas. Afinal, temos interesses diferentes daqueles que nos exploram e humilham" (Rodrigues da Silva, efetivo).

"Antes os operários não tinham onde reclamar quando ocorria um problema. Os patrões ficavam distantes. Agora não. A comissão nos dá um canal de comunicação. Este só funciona se todos os operários estiverem mobilizados. A comissão não resolve nada sozinha. Ela só tem força se a fábrica estiver organizada" (Paulo Pereira Raymundo, o Paulinho, secretário-geral da comissão).

MUDANÇA DO TEMPO

"As chefias são verdadeiros carrascos. Cometem os maiores abusos para melhorar a produção e dar lucro para o patrão. A comissão deve limitar esse superpoder dos chefes. Deve levantar todos os problemas, como a discriminação do pessoal do período noturno, e exigir solução" (Gilberto Rodrigues, o Jarião, suplente).

"A comissão de fábrica é um sinal de que os tempos mudaram. Antes os trabalhadores não podiam nem abrir a boca, não podiam reclamar, porque eram mandados embora. Agora nós exigimos os nossos direitos. A comissão é a maior prova de que o nível de consciência dos trabalhadores aumentou" (Benedito Fernandez, o Dito Preto, da efetiva).



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Antes de legalizada, a comissão presente em todas as lutas

Comerciários de Pelotas fazem greve vitoriosa

Em greve de 9 a 18 de outubro, os comerciários de Pelotas resistiram à violenta repressão da classe patronal numa árdua batalha de luta de classes.

Este ano os patrões não se limitaram a colocar a polícia na rua para reprimir a greve dos comerciários. Apelaram para um aparato repressivo nunca visto, a começar por uma "caixinha" para financiar uma riquíssima campanha de propaganda antigreve. Mesmo assim, os comerciários resistiram e lograram algumas vitórias, como o piso salarial de Cz\$ 1.206,00 e o aumento de 10%. Mais do que isso, a heróica resistência dos comerciários impediu que o dissídio fosse a julgamento pelo TRT - extinguindo diversas conquistas da categoria e enfraquecendo o sindicato - que era o verdadeiro objetivo dos patrões.

O maior aparato repressivo contra a greve foi montado dentro dos estabelecimentos comerciais. As maiores lojas e supermercados faziam reuniões periódicas com seus empregados, nas quais negavam ao sindicato autoridade para negociar direitos sociais e ameaçavam de demissão sumária a quem desse qualquer apoio à campanha salarial. Algumas empresas chegaram a reter coercitivamente seus empregados para impedi-los de participar das assembleias da categoria.

Outra novidade da greve



dos comerciários foi a contratação, pelos patrões, de "jagunços do asfalto", que passaram a seguir e intimidar os diretores do sindicato. Até familiares de José Carlos Schulte foram intimidados por tais jagunços. Schulte, que é presidente regional da CGT e da Federação dos Comerciários, foi o principal líder da greve.

Certamente a repressão amedrontou muitos comerciários e diminuiu a adesão à greve. Mesmo assim, a paralisação foi muito significativa. Na véspera do Dia da Criança, as vendas caíram a 15% do normal. No dia 14 de outubro, a greve atingiu o auge, com mais de 80% da

categoria paralisados. Alguns estabelecimentos, como a Joalheria Pinto Ferreira, tiveram de ser atendidos pelos seus proprietários. Outros, como Incosul e Pernambuco, trouxeram empregados de Rio Grande de táxi!

A maior vitória dos comerciários grevistas, no entanto, foi o alto nível de conscientização que atingiu a categoria. Numa gigantesca campanha de propaganda, os patrões tudo fizeram para jogar os trabalhadores contra seu sindicato, a quem acusavam de tentar denegrir a imagem do empresariado. No entanto, quem mais denegriu essa imagem foram os próprios

patrões, que semearam aos quatro ventos o ódio de classe. Por exemplo, o gerente do Supermercado Real da rua Lobo da Costa, preso no dia 1º de março por crime contra a economia popular, costuma declarar-se fã de Hitler nas frequentes sessões de doutrinação e ameaças a que submete seus empregados. Segundo tal fascínora, "as normas de Hitler são as normas que todo funcionário deve seguir". Outras de suas máximas: "Sindicato só serve para tapar buraco de dente"; "Sindicato que reivindica salário é princípio do comunismo"...

(João Alberto Luiz, Pelotas - Rio Grande do Sul)



fala o POVO

Estamos às vésperas das eleições para governador, deputados constituintes e deputados estaduais. Além de lutar para escolher os melhores candidatos, os mais comprometidos com as lutas do povo, não esqueça: a luta apenas começa.

Com a instalação da Constituinte, os trabalhadores e o povo em geral têm que ficar alertas. Em cada questão a ser votada precisam estar presentes para garantir suas reivindicações.

Fala o Povo é um espaço para que você, amigo leitor, levante sua plataforma. Continue lutando por tudo que considera importante para ser incluído na nova Carta Magna. (Olivia Rangel)



Candidato do PTB é vigarista

Dias atrás dei-me conta, surpreendido, de que durante a convenção do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - fora viabilizada a candidatura a deputado estadual de um certo falcatruero de alto coturno que atende pelo nome de Moisés Sarakowicz Lipnik.

Conheço o candidato o suficiente para ferretá-lo com o labéu de vigarista. Acusado de vigarista e golpista. Em decorrência das provas que reuni, tenho condições para leva-lo ao patamar da justiça. O candidato não passa de um golpista contumaz.

Empresário bem-sucedido, sempre encontra ele "um jeitinho" de locupletar-se mais e mais à custa de procedimentos criminosos. Advogado,

inscrito na OAB-MT sob o nº 3618, não hesita em agir ao arrepio da lei, tendo por costume abrir firmas a que vincula os assim chamados "laranjas". Passado algum tempo, arma fraudulentamente a falência de tais firmas. Com o uso deste expediente, o candidato estadual pelo PTB tem ocasionado imensos prejuízos a diversas pessoas jurídicas e se empanturrado de dinheiro, que utiliza na sua campanha eleitoral.

São seus comparsas: Carlos Roberto Damasceno Costa, RG 3.068.793, engenheiro falido, e Wilson de Aquino, RG 1.506.102, contador de poucos escrúpulos.

Com o concurso desses desclassificados trambiqueiros, o candidato a deputado estadual pelo PTB Moisés

Sarakowick planejou e conduziu à falência a empresa Morasa Construções Ltda.

Conjuntamente com os trambiqueiros Carlos Roberto Damasceno e Wilson de Aquino o candidato planejou e conduziu à falência também a empresa Lanky do Brasil e Comércio Ltda.

O candidato é igualmente responsável pelo estouro da empresa Telecred S/A Assessoria de Telecomunicações.

Reza o ditado: brigam as comadres, apuram-se as verdades. O contador Aquino, irritado com o comportamento de Moisés realtou ao autor dessas linhas haver o candidato a deputado estadual pelo PTB descontado duplicatas frias junto ao Banco Safra, agência urba-

na Faria Lima. O Banco Safra jamais soube serem frias as duplicatas para fins de desconto por terem sido resgatadas por Moisés, então diretor superintendente da empresa Imperial Agropecuária e Comércio Ltda. Moisés que corteja agora o voto dos eleitores, vem a ser o líder de uma quadrilha especializada em falência fraudulenta e na emissão de duplicatas frias. Contudo, de nada adiantou ter eu acusado o vigarista perante o partido a que ele está filiado. Por isso estou determinado a acusá-lo de vigarista publicamente chamando atenção para as denúncias aqui levantadas pelas quais assumo inteira responsabilidade. (Humberto Nóbile Massa-São Paulo, SP)

Vida de trabalhador

Quando o sol se levanta e o trabalhador disposto pega a marmitta, beija a Maria das Dores desce o morro (vai servir o patrão) olha os barracos lembra do Norte dos amigos e do filho que deixou, morto pela moléstia. Não sabe se volta! Passa por corpos pequenos e esqueléticos, sente pena! (Seu patrão tem raiva, tem medo de trombadinha). Se pendura no ônibus

preocupado com o horário. Bate o cartão, lhe descontam o atraso. Chega o patrão, de carro e perfumado, faz um banquete, faz um bacanal. Levanta da cadeira, desce no setor operacional e dá bronca no empregado: "Você está atrasado"! Mas o operário sabe que é só no horário, pois a história ninguém muda: com organização e luta um dia a fábrica e o mundo serão da classe operária. (Tchê - São Paulo, SP)

Secundaristas brigam por seus direitos

O encontro de estudantes secundaristas de Iguatu sobre educação e Constituinte foi muito proveitoso principalmente porque discutiu os problemas municipais, estaduais e nacionais.

Foi deliberado um programa mínimo de propostas dos estudantes com a Aliança Estudantil Iguatense aos futuros constituintes. Foram aprovadas propostas como suspensão do pagamento da dívida externa, 40 horas semanais para os trabalhadores, delegacias culturais de cultura, reforma agrária antilatifundiária,

ensino público e gratuito em todos os níveis.

Participaram cerca de 80 delegados estudantis. Estiveram presentes várias entidades como a Associação de Mulheres, União da Juventude Socialista, Sindicato dos Trabalhadores em Extração e Óleo.

Denunciamos a ausência das diretorias escolares, que nos consideram inimigos por defendermos nossos direitos. (Almir Mota, vice-presidente da Aliança Estudantil Iguatense-Ceará)

Antônio Bento prefere é comprar seus votos

Antônio Bentes de Figueiredo Neto, ex-prefeito de Altamira e candidato a deputado estadual pelo PMDB, porém malufista, é um inimigo visceral dos comunistas e dos trabalhadores. Ele ocupou o lugar de Francisco Aguiar, líder dos canavieiros de Altamira.

Se não fosse a trama de Domingos Juvenil, o Chico seria o grande representante da Transamazônica e os monstros da UDR não estariam tão

bem cotados aqui. Há poucos dias das eleições só houve um debate sobre Constituinte, dado por Newton Miranda do PC do B, que a Associação dos Moradores do Bairro de Brasília promoveu, convidando diversos convidados. Mas o Neto só mandou uma representante. O negócio dele é comprar votos e atemorizar os trabalhadores com propaganda anticomunista. (Tribuneiro de Altamira, Pará)

Securitárias realizam I Encontro

As mulheres securitárias realizaram seu 1º Encontro, com o apoio do sindicato da categoria e da União de Mulheres de S. Paulo, no dia 1º de novembro.

Como não podia deixar de ser, o tema mais debatido pelas securitárias foi o direito da mulher na Constituinte.

Apesar de terem ainda

pouca participação na vida sindical, as securitárias demonstraram grande disposição de luta. Participaram com destaque da greve da categoria. A partir daí começaram a perceber que o sindicato é um instrumento importante para a organização dos trabalhadores e que é necessário chamar as mulheres para a vida sindical. "Eu já conhecia o Sindicato, mas não acreditava nele e isso me fazia desinteressar de participar de qualquer atividade no sindicato. Mas na greve eu vi como é importante atuar junto com o sindicato", falou a Sônia, securitária da Capemi.

A respeito da Constituinte, o 1º Encontro da Mulher Securitária destacou a importância das trabalhadoras participarem ativamente durante a elaboração da Carta Magna. Num primeiro momento o compromisso é eleger candidatos progressistas e em seguida organizar um plano de mobilização durante o funcionamento da Constituinte.

As securitárias se somam à luta das mulheres conscientes pela conquista da igualdade de direitos na Nova Constituição seja na área da família, da educação ou trabalho, como na vida social e política.

Concluindo os debates, as securitárias levantaram problemas específicos das empresas em que trabalham. Não faltaram as denúncias sobre o controle do uso do banheiro, a discriminação das mulheres casadas, como na Seguradora Minas Brasil e Latino-Americana, onde é só as moças aparecerem com uma aliança no dedo e são sumariamente demitidas. "Tem moça que quando vai casar, já pede logo demissão para não sofrer o vexame de ser mandada embora", reclamou uma funcionária da Mina Brasil. Outro problema comum que ocorre nas seguradoras, são as cantadas dos chefes, que não perdem a oportunidade de abusarem também das atitudes racistas. Janice, funcionária da Capemi, denunciou que estava sentada junto a sua mesa de trabalho e o chefe olhando suas pernas, comentou: "Você é bonita assim, imagine se fosse branca..."

No Boletim do Sindicato, serão feitas as denúncias apresentadas e serão organizadas manifestações de protesto na porta destas empresas.

(Maria Amélia de Almeida Teles, presidente da União de Mulheres de São Paulo-SP)

O securitário

Suplemento Feminino

Directora responsável pelo Suplemento Marlene Campos da Cunha

Órgão Oficial do Sindicato das Securitárias de São Paulo

(Impressão em Seguradora - Concurso de Seguros e Valores - Distribuição de Rua - Previdência Privada - Outubro 86) nº 01

I ENCONTRO DAS SECURITÁRIAS DE SÃO PAULO



Já à venda
CDM
 Debate sindical
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois



Lotação do Morumbi não se reflete na arrecadação dos jogos.

Cama de gato nas arrecadações dos jogos de futebol

As evasões de renda voltam a acontecer no futebol profissional, desafiando as diretorias dos clubes, a polícia e as autoridades desportivas. É um tipo de roubo tão antigo, que promete se integrar na lista dos crimes toleráveis no país, como o contrabando de diamantes, câmbio negro de moedas, agiotagem de preços ao consumidor e muitos outros.

Não é raro se ouvir nos estádios de futebol, em fins de jogos importantes, vaias estridentes quando os painéis eletrônicos e os alto-falantes anunciam a arrecadação. Já aconteceram inclusive cenas de violência da torcida indignada com o roubo impune que se pratica há anos nas bilheterias. Em um desses casos, um cartola não se contrangeu em propor que as arrecadações não fossem mais divulgadas para evitar "tumultos". Típica proposta de quem não teme a cadeia, a despeito de se saber conhecido como ladrão incorrigível.

O Pacaembu, estádio da Prefeitura Municipal de São Paulo, tem capacidade para receber 72 mil pessoas. No jogo do Corinthians contra o Atlético de Belo Horizonte, ali disputado, muitos torcedores não puderam entrar, pois não havia mais lugar disponível. O borderô de arrecadação, porém, registrava o número de 43 mil pagantes.

Num bairro poucos quilômetros distante, no estádio do São Paulo, no mesmo dia jogavam Palmeiras e São Paulo, donos de duas das três maiores torcidas da capital. O Morumbi tem lotação para 55 mil pessoas, somente no anel das arquibancadas. Os dois lances de cadeiras numeradas comportam 25 mil torcedores cada e ainda há mais 10 mil lugares nas gerais. Palmeirenses e são-paulinos fecharam o setor de arquibancadas e ocuparam boa parte das numeradas. Mas pelo número oficial de pagantes, havia apenas 60 mil pessoas assistindo o jogo...

Somados os dois desvios, são

40 mil ingressos roubados, mais de Cz\$ 1 milhão, equivalentes à arrecadação de cinco jogos pela média de público do atual campeonato brasileiro. É o mesmo que não pagar a um clube a cota dos jogos realizados durante um mês inteiro.

CINISMO E MALANDRAGEM

O que mais irrita os torcedores e esportistas é o cinismo dos cartolas e da polícia, que dizem ser impossível debelar esta evasão vergonhosa. Nos mesmos estádios onde o dinheiro derrete e desaparece como sorvete nos jogos de futebol, freqüentemente se promovem shows de música popular e concertos de rock, nunca tendo sido anotado um caso de desvio de bilheteria. É inacreditável que os dirigentes do futebol, com quase 1 século de presença no ramo, não tenham aprendido sequer a organizar guichês e catracas de cobrança de ingresso.

Este campeonato, que pelas modificações que já teve ninguém sabe quando vai terminar, está consagrado pela imprensa e pelos torcedores como o "campeonato da bazuca". Tantas foram as maracutaías preparadas para classificar clubes com padrinhos poderosos e aviltar os resultados que a contagem de bolas na rede tão simplesmente decretou "campeonato da bazuca", ou "campeonato da ladroeira". A falta de vergonha anestesias os ofendidos e quem paga pelo vexame é o próprio futebol. (Jessé Madureira)

Os quadrinhos são um circo

Histórias em quadrinhos, no Brasil, sempre foram terreno de preferência de crianças e adolescentes. Os adultos, quando buscavam lazer nos quadrinhos, ou liam "Pato Donald" e "Mônica", ou "Super-homem" ou ainda algum gibi de terror. Mas agora surgiu uma nova publicação, garantindo espaço para os quadrinhos nacionais, e destinada a adultos: "Circo". A T.O. conversou com o editor da revista, Luiz Gê:

T.O.: Como surgiu a idéia de lançar "Circo"?

Gê: Sem dúvida, há um domínio quase absoluto dos quadrinhos pelos norte-americanos e europeus. Mas as tiras nacionais de jornais atraíram a atenção dos leitores, por apresentarem situações mais próximas das vividas por nós do que as tiras estrangeiras. Isso foi fundamental para veicular os quadrinhos brasileiros. Aliás, também nos EUA os quadrinhos começaram nos jornais e depois foram para as revistas. Pois bem, nessa trilha saiu há algum tempo a revista "Chiclete com banana", bimestral, do Angeli. E notamos que havia espaço para mais. Daí sair a "Circo", também bimestral, com quadrinhos do Alcy, Glauco, Laerte, meus, e também quadrinhos internacionais pouco divulgados aqui.

T.O.: Então vocês não estão com a preocupação só do quadrinho nacional?

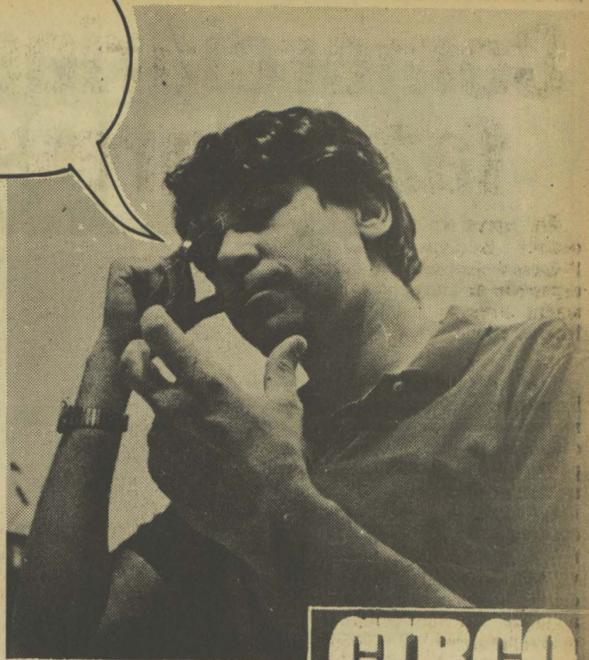
Gê: Não. Nós estamos inte-

ressados num trabalho da melhor qualidade possível.

Temos a preocupação consciente de superar, refutar o colonialismo cultural. Mas também queremos colocar a produção avançada de outros países. É claro que existem obstáculos. Se aparece uma história em quadrinhos chinesa, com 500 páginas, vai ser difícil publicar... Agora, "Circo" tem um embasamento cultural. Em primeiro lugar, é diversão. Mas existe um conteúdo, que é diferente do material pornográfico ou colonizado - não dá pra gente fazer uma história no Nordeste desenhando o Texas...

T.O.: Qual a importância cultural dos quadrinhos?

Gê: O quadrinho é um conto, uma história. Ele valoriza mais o desenho. Ensina as pessoas a gostarem mais de desenho. E o desenhista precisa de informação, precisa de técnica, para não ser primitivo, esquemá-



tico. O desenho é transformador da realidade. O quadrinho norte-americano ajuda o sujeito a saber como é o apache, como é o moicano, como é o beco de Nova Iorque. O Brasil, nesse sentido, carece de uma continuidade. Para fazer história em quadrinhos da Inconfidência, por exemplo, eu teria que estudar as roupas da época, os transportes... mal daria para chegar na história propriamente dita. Já nos EUA, há referências para isso. Quando comecei a trabalhar com quadrinhos, vi que temos um universo não aproveitado. Como é o centro de São Paulo? O Itaim? Memória não é só coisa de museu. Os quadrinhos têm que estar nessa!

T.O.: E a luta contra o monopólio editorial?

Gê: Ai é outra barra. Antes do golpe de 1964, existiam muitas editoras pequenas que, vez por outra, editavam quadrinhos. Depois do golpe sumiram essas editoras e, com elas, essa experiência. O Ziraldo lançou a revista do "Pererê", mas depois não deu conta. Anos depois voltou a lançar a revista, pela Editora Abril. Vendia dezenas de milhares de exemplares. Mas a editora queria vender 120 mil... No caso da "Circo", ela está com 45 mil exemplares nesse primeiro número. Para a Editora Abril, interessam 200 mil - então não saíria... Ora, com isso a cultura fica mambembe. Ou sai "Mônica" ou não sai nada, e



fica o círculo vicioso. Nós viemos de uma experiência anterior, o "Balão", de 1972-75, que fazíamos na universidade. Era um trabalho de pesquisa de quadrinhos, mas de tiragem limitada - ficava quase que só na universidade mesmo. Mais recentemente, com o fim da ditadura militar, nós sentimos que o desenho estava perdendo a reflexão da realidade que não fosse a corte dos poderosos. Ou se fazia o desenho dos poderosos, ou não se tratava da política. Nós queríamos ampliar isso. O Angeli começou a abordar outras coisas - moda etc - nas suas tiras. Houve um espaço para abrir mais. Mas as tiras de jornais ficam vinculadas a pequenos episódios, têm limitações muito grandes. As histórias em quadrinhos vão mais além. Quando surgiu o respaldo do público, surgiu a revista. Porém se ficássemos na exigência de uma tiragem de 200 mil exemplares, nunca conseguiríamos romper o monopólio dos quadrinhos. E o desenho tem importância para a transformação de nossa realidade. Em cima disso é que existe "Circo".



Livros marxistas

LÊNIN	
Sobre os sindicatos	35,00
O Estado e a Revolução	38,00
1905 - Jornadas revolucionárias	20,00
A revolução proletária e o renegado Kautsky	35,00
PCdoB	
Constituinte - Propostas do PCdoB	20,00
O revisionismo chinês de Mao Tsetung (J. Amazonas)	10,00
Albânia, horizonte vermelho nos Balcãs (L. Manfredini)	80,00
PCB/PCdoB - dois caminhos opostos (R. Lustosa)	2,00

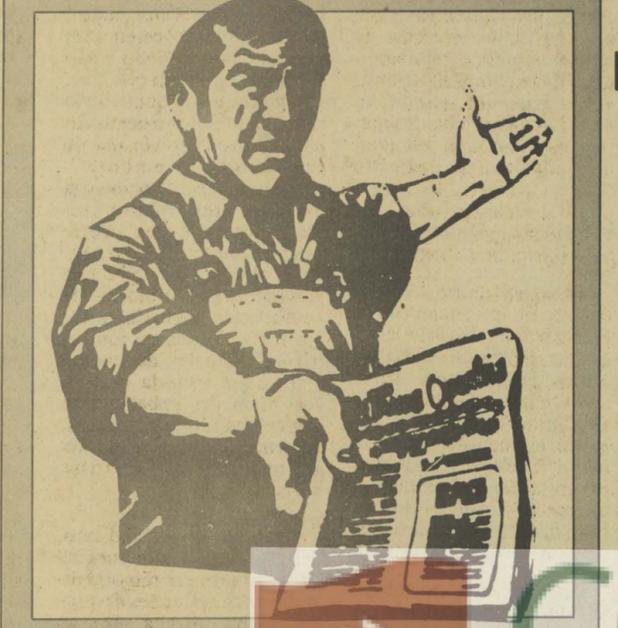
Pedidos com o envio de cheque nominal no valor da compra para a Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luís Antônio, 1.511, CEP 01317, São Paulo, fone 251.2729.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 231, sobreloja. CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saúde). Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. IABUNA: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 45600. RUA AMÉRICO ALVES, 6-A - CEP 44600. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Símbos Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cinesel) - CEP 47700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112 - Centro - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 71100. MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARÁIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961, CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigarinho Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Desodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 30 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeira de Itaipua: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchessi, s. 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anílio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviado Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.



Faça cinco assinaturas de Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

Tribuna Operária

Semanário Nacional. Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições)	Cz\$ 260,00
Anual popular (52 edições)	Cz\$ 130,00
Semestral (26 edições)	Cz\$ 130,00
Semestral popular (26 edições)	Cz\$ 65,00
ANUAL para o exterior (dólares)	US\$ 70

Nome: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____
 Cidade: _____ CEP: _____
 Estado: _____
 Profissão: _____
 Data: _____

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi, Lt., Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo, CEP: 01318

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

31 "anjos"

por hora



A cada hora morrem no Brasil 31 crianças que ainda não completaram um ano de idade, colocando-nos entre os campeões mundiais da mortalidade infantil. Um recente levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que de cada grupo de mil crianças, 68 morrem antes de atingir o primeiro aniversário.

A pesquisa do IBGE foi feita em convênio com a Unicef, órgão das Nações Unidas para a infância, utilizando dados dos censos demográficos e alguns resultados preliminares da Pesquisa Nacio-

nal por Amostras de Domicílios - PNDA/84. O levantamento, publicado agora na brochura "Perfil estatístico de criança e mães no Brasil" mostra que houve um declínio da mortalidade infan-

til - em 1980 os registros acusavam 88 mortes para cada mil crianças de zero a um ano de idade. Mas este fato não nos deixa aliviados, pois só neste ano deverão morrer cerca de 270 mil crianças menores de um ano, equivalentes à população de uma cidade do porte de Cuiabá.

Neste campeonato macabro estamos junto dos países mais miseráveis do mundo. Na América, apenas o Haiti, Bolívia e Honduras tem uma taxa de mortalidade infantil superior à do Brasil. Em países como Chile e Uruguai esse índice é de 22 e 29, respectivamente. O próprio documento do IBGE reconhece isso: "A situação do Brasil é das mais lastimáveis. Embora seja considerada a oitava economia do mundo, detém níveis de mortalidade bastante superiores aos de países com renda média per capita mais baixa, o que nos leva a concluir que o progresso econômico não trouxe grandes benefícios para a maioria da população brasileira".

A nível mundial existe uma tendência de declínio da mortalidade infantil mais depressa que no Brasil. A extrema desigualdade social em nossa sociedade, com mais da metade da população subnutrida, contribui para emperrar a diminuição do número de mortos. Transformações sociais profundas ainda são o melhor remédio para minorar este mal nos países subdesenvolvidos. A China, por exemplo, que no período de 1950/1955 tinha uma taxa de mortalidade infantil de 144 por mil, similar à do Brasil, reduziu-a para 49 por mil no período de 1975/1980, praticamente a metade da observada no Brasil. O desnível com outras nações está aumentando. A Suécia tem uma mortalidade infantil 11 vezes inferior à do nosso país. Em 1950 essa diferença era de 7,4 vezes.

A mortalidade é maior entre os filhos das famílias mais pobres

Entre as nossas diversas regiões existe uma grande disparidade no número de crianças mortas. Além disso os filhos de famílias com renda mais alta têm maior possibilidade de sobreviver. No Nordeste é onde existe o maior índice do Brasil. De cada mil crianças que nascem lá, 105 morrem durante o primeiro ano de vida. Na região Sudeste esse número é de 49 e no Sul de 46.

De acordo com o levantamento do IBGE, em 1984 a mortalidade infantil era 2,45 vezes maior entre as famílias mais pobres. No Nordeste esta disparidade ainda é maior. A mortalidade infantil das famílias que têm rendimentos de até um salário-mínimo é quase sete vezes maior do que a do extrato mais rico (famílias com renda maior do que 5 salários-mínimos).

Mortalidade infantil no primeiro ano de vida

Anos	Mortos em cada mil
1940	163,4
1950	146,4
1960	121,1
1970	113,8
1980	87,9
1984	68,1

presa fácil das doenças e a sua recuperação é muito mais difícil do que uma bem alimentada. A desnutrição, além de retardar o crescimento do organismo, abala sua resistência às doenças. Um bebê subnutrido é 300 vezes mais susceptível de ser abatido pelo sarampo do que um saudável e um simples resfriado se transforma com facilidade numa pneumonia.

Segundo a Unicef, cerca de 12 milhões de brasileiros entre 1 e 6 anos de idade sofrem de desnutrição. Aqui está o sexto maior contingente de subnutridos do mundo, enquanto o país é o vice-campeão mundial em exportação de cereais. A concentração da terra nas mãos de um pequeno número de latifundiários explica em parte esta aberração. A fome, que antes se restringia quase que exclusivamente ao nordeste, nas duas últimas décadas se alastrou por todo o país, fruto da política econômica elitista dos generais.

No Nordeste este quadro é mais desolador. Calcula-se que mais da metade dos desnutridos do país esteja nesta região, apesar de contar com apenas 30% da população brasileira. O fático professor Nelson Chaves alertou que as carências nutricionais crônicas das crianças nordestinas estão produzindo uma geração de nanicos. Existem comunidades rurais do Nordeste em que metade das crianças já se classificam na faixa do nanismo.

(Domingos Abreu)



Criança desnutrida se torna vítima fácil das mais corriqueiras doenças

Poucas chances de viver

No mundo morrem aproximadamente 30 mil crianças diariamente. O principal responsável por este holocausto é a fome. Um relatório da Organização Mundial de Saúde, publicado em 1982, traz dados sombrios: "Dos quase 122 milhões de crianças que nascem cada ano, cerca de 10% morrerão antes de chegar ao seu primeiro aniversário, e mais 4% antes do seu quinto aniversário. Mas as chances de sobrevivência são distribuídas de maneira muito desigual no mundo. Assim, enquanto o risco de morrer antes da adolescência é de cerca de 1 para 40 nos países desenvolvidos, é de 1 para 4 na África em geral, e atinge 1 para 2 em certos países".

A criança já é afetada pela falta de alimentação mesmo antes de nascer. O especialista Alan Berg escreveu um livro, "Povo Desnutrido", onde afirma: "Há provas em quantidade da associação entre a subnutrição das mulheres grávidas e o peso reduzido dos recém-nascidos. O aumento de ingestão de calorias durante a fase da gravidez aumenta o peso do recém-nascido. Isto sugere que medida para melhorar a alimentação do feto, e assim do peso ao nascer, poderiam ser mais eficazes em reduzir a mortalidade infantil, e custar menos do que providenciar acompanhamento médico intensivo para a massa de bebês prematuros (e de peso insuficiente) que nascem de mulheres subnutridas".

A criança subnutrida é uma

Dyneas refuta indústria do anticomunismo

Um ponto comum à campanha eleitoral em todo o Brasil é o uso e abuso da indústria do anticomunismo por parte da direita. No Ceará, a coligação dos coronéis Aduino Bezerra, Virgílio Távora e César Cals proclama que, caso Tasso Jereissati se eleja governador, os comunistas destruirão as igrejas do sertão e as estátuas do padre Cícero. As coisas chegaram a ponto de exigir um contundente desmentido do arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider.

No Espírito Santo, candidatos do PFL asseveraram em comícios que há um plano comunista para transformar as igrejas em depósitos de arroz e feijão. Em São Paulo, o presidente regional do PFL e candidato a senador José Maria Marin, por exemplo, passou a empregar quase todo o seu tempo diário na televisão para deitar falatório sobre os comunistas.

Essa prática, tão velha que já era registrada em 1848 no "Manifesto Comunista" de Marx e Engels, já não encontra entretanto repercussão maior no seio do povo - conforme avalia o secretário-geral do PC do B, Dyneas Aguiar, em entrevista à Tribuna Operária.

TO: Como você explica tamanha ênfase anticomunista?

Dyneas: A campanha contra o comunismo sempre foi característica dos setores mais reacionários das classes dominantes. É usada para encobrir outros objetivos, que são o cerceamento das liberdades para o povo como um todo. Se você acompanha historicamente, Getúlio Vargas usou o anticomunismo em 1937, para governar despoticamente com o Estado Novo. Dutra usou-o para frear o ascenso democrático, logo após a II Guerra. Carlos Lacerda preparou documentos falsos para caluniar os comunistas. E após 1964 os generais no poder utilizaram o anticomunismo para tentar impedir que o povo se levantasse contra a ditadura.

TO: Toda essa pregação termina surtindo efeito?

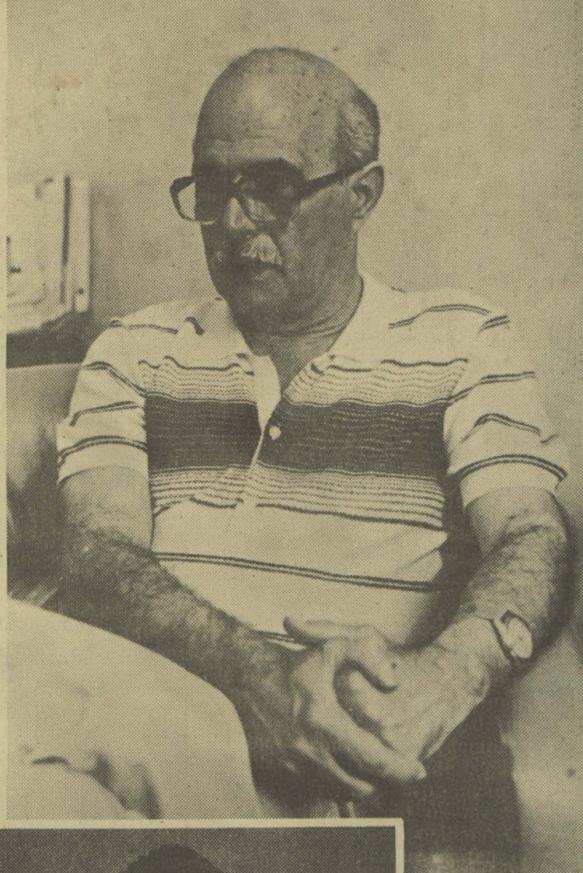
Dyneas: Não tem e nem terá maior repercussão no seio do povo. Nossa gente assistiu durante os 21 anos do regime militar a luta incansável dos comunistas em defesa da liberdade, da independência e do progresso.

"Esta eleição para nós vai ser um teste, pois desde 47 não permitiam que o nosso partido disputasse votos por sua legenda própria"

TO: Mas não há setores políticos que se afastam do PC do B para evitar o fogo cerrado dos anticomunistas?

Dyneas: O PC do B sempre atuou em conjunto com outras correntes e forças progressistas. Nunca recusou um aliado baseado em questões meramente ideológicas. Políticos de diferentes partidos encontram nos comunistas um aliado fiel, coerente, responsável, cumpridor dos acordos que realiza. E o que nós podemos ver é a prática concreta: nestas eleições fizemos coligação na esmagadora maioria dos Estados, com o PMDB e outros partidos.

TO: Isto significa que vocês esperam uma grande votação no dia 15?



Dyneas Aguiar, secretário geral do PC do B:

abaixo, cartaz anticomunista do início do século é imagem do padre Cícero, que os coronéis tentam utilizar



Dyneas: Para nós isto vai ser um teste, pois desde 47 não permitiam que nosso partido disputasse uma eleição por sua legenda própria. O Brasil hoje é outro país, muito mais desenvolvido, com um proletariado maior, os meios eletrônicos de comunicação fazem as idéias chegarem a toda parte.

Vai ser um teste. Notamos que mesmo em algumas regiões interioranas bem distantes - sul do Pará, norte de Goiás, Oeste do Maranhão e, se quiser, pode citar até Roraima - o partido tem tido muito boa aceitação. Você pega por exemplo alguns candidatos nossos, como a Jandira Feghalli, no Rio, ou o João Martins, no Espírito Santo - são verdadeiros fenômenos políticos de aceitação. Agora, até que ponto esse anticomunismo todo pegou, nós só poderemos avaliar melhor depois do dia 15.

TO: Como você identificaria as forças empenhadas na campanha contra o comunismo?

Dyneas: Nesta campanha eleitoral mesmo você vê: em todos os locais o anticomunismo se identifica com as forças desejosas de impedir o avanço da nação, de impedir a consolidação democrática e uma atitude patriótica frente à espoliação estrangeira. São os mesmos que combatem o Plano Cruzado naquilo que ele tem de mais correto, que é o congelamento dos preços. São os mesmos que obstruem a defesa da tecnologia nacional e o esforço do setor estatal da economia. São aqueles mais identificados também com o regime militar que liquidou a democracia, que prendeu, torturou e assassinou milhares de brasileiros.

Por isso, quando eles falam em "violência" dos comunistas, o povo recorda muito bem que os comunistas foram vítimas da violência ditatorial, enquanto esses mesmos senhores foram mandantes e executores da onda repressiva, que se abateu sobre o país.